



Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. **“ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DO GUILHERME E DUAS INTERSEÇÕES GIRATÓRIAS - CP N.º 04/2010” - REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA.**
2. **“REDE DE DRENAGEM DOMÉSTICA NO LUGAR DA FONTE SANTA – MARINHA GRANDE – CP N.º 07/2010” – REVISÃO DE PREÇOS.**
3. **“BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA – VIEIRA DE LEIRIA- CP N.º 04/2009” - REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA.**
4. **“REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP N.º 05/2010” - REVISÃO DE PREÇOS DO CONTRATO INICIAL.**
5. **“REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP N.º 06/2010” – REVISÃO DE PREÇOS DO CONTRATO INICIAL.**

6. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA”– REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA.
7. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA – CP N.º 05/2011” – REVISÃO DE PREÇOS.
8. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA” - CP 06/2010 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA.
9. “REDE DE SANEAMENTO NO LUGAR DE PASSAGEM – 2ª FASE – VIEIRA DE LEIRIA – CP N.º 04/2011” – REVISÃO DE PREÇOS.
10. EMPREITADA DE: “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA - CONCURSO PÚBLICO Nº. 06/10 (DEEM)” – APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO
11. APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – 2013/2014.
- 11-A. ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ACTIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA- ÉPOCA 2013/2014 E APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO.
12. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2013/2014 – 1.ª FASE
13. SERVIÇOS DE “TRANSPORTES ESCOLARES E NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS SOCIAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO PARA O ANO 2014” - ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO
14. 23.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013 – 4.ª REVISÃO
15. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA A EDIFÍCIOS CAMARÁRIOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2011/A/109 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013
16. FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL A DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS TIPO ESTÁDIO, ESCOLAS E PAVILHÕES, EXCLUINDO PISCINAS MUNICIPAIS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE

**COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2011/A/115 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**

- 17. COMUNICAÇÕES FIXAS EM DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS - ESCOLAS E OUTROS EDIFÍCIOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2011/A/114 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**
- 18. RECOLHA DE LIXOS SELETIVOS NO CONCELHO (CONTENTORES MULTIBENS) - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2012/A/51 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**
- 19. LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE COLETORES DOMÉSTICOS E PLUVIAIS DE 2013 A 2014 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2012/A/130 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**
- 20. RECOLHA DE EFLUENTES DOMÉSTICOS PARA OS ANOS DE 2013 E 2014 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2012/A/132 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**
- 21. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA A EDIFÍCIOS CAMARÁRIOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/A/3 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**
- 22. FORNECIMENTO DE GÁS DE GARRAFA PARA ESCOLAS E CANTINAS MUNICIPAIS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/A/4 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**

23. INTERNET E FIBRA ÓPTICA PARA INSTALAÇÕES MUNICIPAIS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/A/5 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013
24. TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS NO ANO LETIVO 2013/2014 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/A/37 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013
25. BENEFICIAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE - AJUSTE DIRETO N.º 28/2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/I/73 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013
26. REQUALIFICAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA BOAVISTA – AJUSTE DIRETO N.º 34/2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/I/40 DO PLANO DE PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
27. REQUALIFICAÇÃO DO ALPENDRE DO JARDIM DE INFÂNCIA DA ORDEM - AJUSTE DIRETO N.º 35/2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO - PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/I/11 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013
28. REQUALIFICAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS PREDIAL NO BLOCO 32 DA RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO, NO 1.º B E 3.º B – AJUSTE DIRETO N.º 36/2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/I/20 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013
29. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL - CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2012 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º

**8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2010/I/43 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**

- 30. BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA – CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2009 - IVA AUTOLIQUIDAÇÃO INERENTE A REVISÃO DE PREÇOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/I/117 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**
- 31. ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DO GUILHERME E DUAS INTERSEÇÕES GIRATÓRIAS – CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2010 - IVA AUTOLIQUIDAÇÃO INERENTE A REVISÃO DE PREÇOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2010/I/124 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**
- 32. REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM - CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2010 - IVA AUTOLIQUIDAÇÃO INERENTE A REVISÃO DE PREÇOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2010/I/44 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**
- 33. REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DIREITA - CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2013 -PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/I/43 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**
- 34. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CONCURSO PÚBLICO N.º 06/2010 - IVA AUTOLIQUIDAÇÃO INERENTE A REVISÃO DE PREÇOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2009/I/54 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**
- 35. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES – CONCURSO PÚBLICO**

N.º 06/2010 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2009/I/54 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013

36. REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DO ALECRIM - CONCURSO PÚBLICO N.º 06/2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/I/44 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013
37. REDE DE DRENAGEM DOMÉSTICA NO LUGAR DE FONTE SANTA - CONCURSO PÚBLICO N.º 07/2010 - IVA AUTOLIQUIDAÇÃO INERENTE A REVISÃO DE PREÇOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/I/34 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013
38. ADAPTAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DA COLECÇÃO VISITÁVEL DO FUTURO MUSEU DA INDÚSTRIA DE MOLDES (MIM) E DO NÚCLEO DE ARTE CONTEMPORÂNEA (NAC) – CONCURSO PÚBLICO N.º 09/2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2010/I/44 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013
39. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DE RESERVATÓRIO APOIADO NA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO – P.A. N.º 07/2013-AP/DISU - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/I/51 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013
40. ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE ESPECIALIDADES DA INSTALAÇÃO DE UMA CRECHE NO EDIFÍCIO DA IVIMA – P.A. N.º 75/2012-AP/DOP - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2011/I/16 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013

41. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA - COMPROMISSOS DE AGOSTO A DEZEMBRO 2013
42. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO 1.º SEMESTRE DE 2013 DA EMPRESA MUNICIPAL TUMG- TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM, UNIPESSOAL, SA
43. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO 1.º SEMESTRE DE 2013 DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE
44. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2013, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013
45. DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2014: OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO
46. AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.
47. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
48. RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS – INSTALAÇÕES DA EX-DÂMASO – RUA DOS VIDREIROS, N.º 28 E RUA PIRES DE CAMPOS – VIEIRA DE LEIRIA - SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – AUTO DE VISTORIA – INCUMPRIMENTO DA ORDEM DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS E MÁS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – NOVO AUTO DE VISTORIA – NOVOS PROPRIETÁRIOS – NOVO PRAZO DE EXECUÇÃO.
49. RECLAMAÇÕES DE MORADORES DE PERIGO DE SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS - LOTEAMENTO SITO NO LOCAL DA ANTIGA CRISAL (“FÁBRICA DE VIDROS MARQUÊS DE POMBAL” - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS CONCEIÇÃO GOMES & FERREIRA, LDA. – ABANDONO DAS OBRAS E INSOLVÊNCIA DA EMPRESA – FIXAÇÃO DE TRABALHOS DE CORREÇÃO DE ANOMALIAS E MÁS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE – NOVA VISTORIA - CUMPRIMENTO PARCIAL.
50. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – EMBATE DE VIATURA EM TAMPA DE CAIXA DE SANEAMENTO – RUA DO CARTAXO - REQUERENTE: NELSON BENTO LIBERATO SANTOS –. RESPONSABILIDADE CIVIL – PROJETO DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA – APRECIAÇÃO DE ALEGAÇÕES – INDEFERIMENTO FINAL



51. ATUALIZAÇÃO ANUAL DA RENDA APOIADA DE ALZIRA INHO REI, PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE FEVEREIRO DO PRÓXIMO ANO.
52. ATUALIZAÇÃO DE RENDAS REFERENTES AO BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, PRACETA DA LIBERDADE E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA.
53. RESUMO DE TESOUREARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

1144 - O Sr. Presidente propôs a todos os presentes a passagem do período de antes da ordem do dia para o final da reunião, atendendo a que a agenda é extensa e há assuntos que precisam de ser aprovados e posteriormente processados pelos serviços para serem presentes, dentro dos prazos, na próxima Assembleia Municipal.

**Esta proposta foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador António Santos, pelo que o período de antes da ordem do dia será transferido para o final da reunião.**

#### **APOIO FINANCEIRO AO ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE**

1145 - O Sr. Vereador Vítor Pereira pediu para que seja votado, fora de agenda, um apoio financeiro ao Atlético Clube Marinhense, no âmbito da atividade desportiva federada, atendendo a que a assembleia do clube decorreu tardiamente e não lhes foi possível entregar os documentos a tempo de o assunto ter sido incluído na ordem do dia, só o tendo feito agora.

**Este pedido foi aprovado por unanimidade.**

Seguidamente o Sr. Presidente deu início à ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

**1 - “ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DO GUILHERME E DUAS INTERSEÇÕES GIRATÓRIAS - CP N.º 04/2010” - REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA.**

1146 - Presente informação da DISU com a ref.ª SMV/16/2013, propondo a aprovação da revisão de preços definitiva da empreitada designada por “*ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DO GUILHERME E DUAS INTERSEÇÕES GIRATÓRIAS*”, adjudicada à firma *OLIVEIRAS, SA*, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382.º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro.

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 1 do art. 382.º do Código dos Contratos Públicos, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”.

Considerando que o cálculo da revisão de preços definitiva deve ser efetuado logo que sejam publicados os indicadores económicos, nos termos do artigo 16.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

**Assim, apreciada a informação com a ref.ª SMV/16/2013, que fica anexa (Anexo 1) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar:**

- a) a revisão de preços definitiva dos trabalhos do contrato inicial, no valor de 345,45€ (trezentos e quarenta e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a favor do Município e a liquidar pelo co-contratante;
- b) a revisão de preços definitiva dos trabalhos do contrato adicional, no valor de 124,69 € (cento e vinte e quatro euros e sessenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

da empreitada designada por “*ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DO GUILHERME E DUAS INTERSEÇÕES GIRATÓRIAS*”, realizada pela firma *OLIVEIRAS, SA*, ao abrigo do disposto no n.º 1 do Artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 06 de janeiro.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**2 - “REDE DE DRENAGEM DOMÉSTICA NO LUGAR DA FONTE SANTA – MARINHA GRANDE – CP N.º 07/2010” – REVISÃO DE PREÇOS.**

1147 - Presente informação da DISU com a ref.ª SMV.01.2013, propondo a aprovação da revisão de preços da empreitada designada por “*REDE DE DRENAGEM DOMÉSTICA NO LUGAR DA FONTE SANTA – MARINHA GRANDE*”.

Considerando que segundo o disposto no artigo 382º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”, designadamente o Decreto – Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Considerando que há lugar a revisão de preços, de acordo com o disposto no artigo 9º do Decreto – Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na medida em que os coeficientes de atualização mensais aplicáveis são superiores a 1%, relativamente à unidade.

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação com a ref.ª SMV.01.2013, que fica anexa (Anexo 2) e aqui se dá por reproduzida, delibera aprovar a revisão de preços da empreitada de “REDE DE DRENAGEM DOMÉSTICA NO LUGAR DA FONTE SANTA – MARINHA GRANDE”, adjudicada à firma SUBMERCÍ, L.DA, preços no valor de 46,75 € (quarenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigo, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de Janeiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**3 - “BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA – VIEIRA DE LEIRIA- CP N.º 04/2009” - REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA.**

1148 - Presente informação da DISU com a ref.ª AR-17.2013, propondo a aprovação da revisão de preços definitiva da empreitada designada por BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA – VIEIRA DE LEIRIA”, adjudicada à firma CONSTRUÇÕES ANTÓNIO LEAL, SA, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro.

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”.

**Assim, apreciada a informação com a ref.ª AR-17.2013, que fica anexa (Anexo 3) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar:**

- a) a revisão de preços definitiva, dos trabalhos do contrato N.º 48/2010, no valor de 50.548,89€ (cinquenta mil, quinhentos e quarenta e oito euros e oitenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, havendo lugar ao pagamento de 1.308,35 € (mil, trezentos e oito euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde à diferença entre a revisão de preços provisória (aprovada em 4 de outubro de 2012) e a presente revisão definitiva;**

- b) a revisão de preços definitiva, dos trabalhos do contrato adicional N.º 09/2012, no valor de 29,80€ (vinte e nove euros e oitenta centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, não havendo lugar a pagamento, dado que o valor definitivo coincide com o valor provisório, aprovado em 4 de outubro de 2012;
- c) a revisão de preços definitiva, dos trabalhos do contrato adicional N.º 19/2012, no valor de 59,32 € (cinquenta e nove euros e trinta e dois centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

da empreitada designada por “BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA – VIEIRA DE LEIRIA”, adjudicada à firma CONSTRUÇÕES ANTÓNIO LEAL, SA, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **4 - “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP N.º 05/2010” - REVISÃO DE PREÇOS DO CONTRATO INICIAL.**

1149 - Presente informação da DISU com a ref.ª LF-27/13, propondo a aprovação da revisão de preços do contrato inicial da empreitada designada por “*REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE*”, adjudicada à firma LENA, CONSTRUÇÕES, SA, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro.

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”.

Assim, apreciada a informação com a ref.ª LF-27/13, que fica anexa (**Anexo 4**) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar:

- a) a revisão de preços definitiva, dos trabalhos realizados no período compreendido entre abril e junho de 2013, no valor de 19.801,74 € (dezanove mil, oitocentos e um euros e setenta e quatro centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, havendo lugar ao pagamento de 3.637,01 € (três mil, seiscentos e trinta e sete euros e um centimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde à diferença entre a revisão de preços provisória aprovada em 17 de setembro de 2013 e a presente revisão definitiva;
- b) a revisão de preços provisória, relativa ao período compreendido entre julho e agosto de 2013, no valor de 7.254,26 € (sete mil, duzentos e cinquenta e quatro euros e vinte e seis centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, havendo lugar ao pagamento de 678,69 € (seiscentos e setenta e oito euros e sessenta e nove centimos), acrescido de IVA à taxa legal de vigor, que corresponde à

diferença entre a revisão de preços provisória aprovada em 17 de setembro de 2013 e a presente atualização;

- c) a revisão de preços provisória, respeitante ao período compreendido entre setembro e outubro de 2013, no valor de 226,63 € (duzentos e vinte e seis euros e sessenta e três centavos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor,

da empreitada designada por “Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande”, adjudicada à firma Lena, Construções, SA, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP n.º 06/2010” – REVISÃO DE PREÇOS DO CONTRATO INICIAL.**

1150 - Presente informação da DISU com a ref.ª AR-16.2013, propondo a aprovação da revisão de preços da empreitada designada por “*REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA*”, adjudicada à firma *HABITÂMEGA - Construções, SA*, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro.

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”.

Assim, apreciada a informação com a ref.ª AR-16.2013, que fica anexa (Anexo 5) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar:

- a) a revisão de preços definitiva, dos trabalhos realizados no período compreendido entre abril de 2013 e junho de 2013, no valor de 5.640,90€ (cinco mil, seiscentos e quarenta euros e noventa centavos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, devendo ser tido em conta o montante diferencial, com um valor de 6,95€ (seis euros e noventa e cinco centavos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a favor do Município e a liquidar pelo co-contratante;
- b) a revisão de preços provisória, relativa ao período compreendido entre julho de 2013 e agosto de 2013, no valor de 14.209,99€ (catorze mil, duzentos e nove euros e noventa e nove centavos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, havendo lugar ao pagamento de 1.139,02€ (mil cento e trinta e nove euros e dois centavos), acrescido de IVA à taxa legal de vigor, que corresponde à diferença entre a revisão de preços provisória aprovada em 17 de setembro de 2013 e a presente atualização;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

- c) a revisão de preços provisória, respeitante ao período compreendido entre setembro e novembro de 2013, no valor de 3.369,15€ (três mil, trezentos e sessenta e nove euros e quinze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor,

da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA”, adjudicada à firma HABITÂMEGA - Construções, SA, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA” – REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA.**

Assunto incluído indevidamente na ordem do dia, uma vez que a revisão de preços provisória já havia sido aprovada em reunião camarária do dia 11/07/2013.

**7 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA – CP n.º 05/2011” – REVISÃO DE PREÇOS.**

1151 - Presente informação da DISU com a ref.ª AR-19.2013, propondo a aprovação da revisão de preços definitiva da empreitada designada por “*REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA*”, adjudicada à firma *HABITÂMEGA - Construções, SA*, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro.

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”.

Assim, apreciada a informação com a ref.ª AR-19.2013, que fica anexa (Anexo 6) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar a revisão de preços definitiva, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/2004, de 6 de janeiro, da empreitada designada por “*REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA*”, adjudicada à firma *HABITÂMEGA - Construções, SA*, no valor total de 1.970,72 € (mil, novecentos e setenta euros e setenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde à diferença entre o valor total da revisão de

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

**preços provisória e o valor total da presente revisão de preços definitiva, a favor do Município e a liquidar pelo co-contratante.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**8 - "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA" - CP 06/2010 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA.**

1152 - Presente pedido apresentado pela firma HABITÂMEGA CONSTRUÇÕES, SA, solicitando a prorrogação do prazo de execução da empreitada de "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA".

Presente informação da DISU, com a ref.ª AR.20.2013, da qual se pode concluir que o empreiteiro não mobilizou os meios humanos e materiais para recuperar os atrasos no desenvolvimento do plano de trabalhos e assim cumprir os prazos contratualmente estabelecidos, a partir do momento em que a realização dos trabalhos adicionais deixou de condicionar o desenvolvimento dos trabalhos gerais da obra.

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos constantes da informação técnica com a ref. AR-20.2013, que fica anexa (Anexo 7) e aqui se dá por reproduzida, delibera indeferir o pedido de prorrogação do prazo contratual da empreitada de "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA", adjudicada à firma HABITÂMEGA - Construções, SA, ao abrigo do disposto nas cláusulas 8ª, 9ª e 10ª do Caderno de Encargos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

No âmbito da discussão deste ponto, e antes da respetiva votação, registaram-se algumas intervenções.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que aquilo que se pretende é acabar a obra, tendo questionado sobre o que é que se tem feito nesse sentido.

O **Sr. Presidente e o Sr. Vereador Vítor Pereira** explicaram os constrangimentos da empresa e o facto de os prazos estarem todos ultrapassados e a empresa estar a incorrer em multas. O Sr. Vereador perguntou aos restantes membros do executivo o que sugerem para que se pressione a empresa.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que este tipo de problema é mais fácil de resolver em termos privados do que em organismos públicos, uma vez que legalmente é mais complicado, pois a rescisão de contrato implica a abertura de um novo concurso, pelo que neste momento o que se pode fazer em termos de pressão são as multas, que até têm algum peso financeiro na estrutura da empresa.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que neste momento ninguém tem solução para resolver o problema porque não foram acautelados os interesses do Município, como habitualmente. Disse que não conhece o caderno de encargos, os elementos de controlo da obra e as penalizações que advêm do não cumprimento, mas este problema já se alonga há muito tempo, pelo que se colocam as seguintes questões:

- Estão contempladas no caderno de encargos as medidas para este tipo de situação?
- Face à derrapagem de prazos a que se vem assistindo, quais foram as acções tomadas na tentativa de que a empresa cumprisse aquilo que não cumpriu?
- Que penalidades a empresa sofreu por não ter cumprido esses mesmos prazos?

Parece-lhe que neste momento não há grande coisa a fazer, mas com as respostas a estas questões talvez se acautelem situações futuras. É por isso que entende que os cadernos de encargos devem ser disponibilizados à Vereação para que se possam analisar bem as situações. No que se refere a esta obra ela começou logo mal, com a situação da fenda, e em todos os casos o único prejudicado foi sempre o Município, daí que tenha concluído que para além das respostas às questões seja fundamental utilizar esta aprendizagem em todas as outras situações, dando como exemplo os documentos previsionais, que não devem ser feitos “em cima do joelho”.

O **Sr. Presidente** respondeu, dizendo que é fundamental saber o que falta na obra:

- 1.º - São as cadeiras, que não correspondem aquelas que foram escolhidas, não em qualidade mas com as cores e o aspecto geral.
- 2.º - Os “black-out” das portas para o exterior, que já começaram a ser colocados na semana passada.
- 3.º - Os degraus da escadaria que dá acesso ao 1.º andar, que não correspondem ao que foi desenhado para o local.

Todo o equipamento e maquinaria já cá estão e vai ser dada formação aos nossos funcionários para poderem utilizá-los.

Terminou referindo que aquilo que falta não são obras avultadas mas sim pormenores de que a Câmara não abdica.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que se os “problemas” são aqueles que foram identificados pelo Sr. Presidente então não há problema nenhum e estamos aqui a perder tempo. De seguida questionou se já foi libertada uma tranche de pagamento das cadeiras (foi respondido que sim), e como é que as mesmas já estão montadas se o tipo de cadeira não corresponde ao que foi pedido e se houve um dos itens que não foi cumprido. Chamou a atenção da Vereação, especialmente a permanente, que deverá estar muito atenta a todos os pormenores. Mencionou o caso da Resinagem, em que a pintura do pavimento do piso 1 e 2 está péssima, perguntando se a obra já foi aceite e quem a aceitou. Considera que este exemplo é um paralelo com a situação em análise, em que não se cumpre com a especificação, não se cumpre com a espessura das camadas, entregam-se materiais que não estão homologados ou que não estão incluídos nos cadernos de encargos. São estes os problemas que ocorrem nas obras públicas, daí que os autos de medição sejam muitos importantes e não meros pormenores.



O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que as cadeiras estão na Câmara desde julho, e se na altura tivessem sido verificadas resolvia-se o problema, agora é mais grave, até porque deixaram instalá-las, sabendo, desde setembro, quando notificaram o empreiteiro, que não cumpria os requisitos. Trata-se de uma situação que tem de ser resolvida e evitada no futuro. É inqualificável o que está a acontecer e a população é a grande prejudicada, porque não pode usufruir deste equipamento.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que houve uma série de prorrogações de prazos decorrentes da situação da racha, e que todos os prazos estavam no caderno de encargos.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou se não houve nenhum auto levantado à empresa ao longo de todos os incumprimentos de prazos, tendo o **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondido que não houve até agora.

Esta resposta levou o **Vereador Carlos Logrado** a concluir que significa que os atrasos estão todos contemplados nas prorrogações dos prazos que se vêm verificando, questionando de seguida se no decorrer deste longo folhetim a empresa cumpriu sempre os prazos ou não, e caso não tenha cumprido se houve levantamento de alguns autos.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondeu que não tem memória de lhe ter sido levantado qualquer auto, levando o **Vereador Carlos Logrado** a concluir que a Câmara foi conivente com a empresa.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** recordou que o executivo do PS da altura informou a Câmara sobre a fenda e foi demonstrado tecnicamente na reunião que a solução ficou mais barata. Relativamente às situações de prazos foram colocadas imensas vezes pela CDU e sempre houve deliberações de prorrogações de prazos, que é aquilo que o Vereador Logrado quer saber, passo a passo, e que lhe deve ser respondido. Não houve qualquer situação de incumprimento de prazos, porque a empresa pediu e foi-lhe concedido, parecendo-lhe que talvez tenha havido mau acompanhamento da obra, pois já no mandato anterior colocávamos muitas vezes esta questão. Entende que o executivo tem que saber quais são as informações técnicas, pelo que defende que essa informação seja fornecida.

O **Sr. Presidente** também concordou com a necessidade de informar e esclarecer tudo, porque “a história não pode ficar mal contada”.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** interveio para clarificar a troca de palavras que manteve com o Vereador Vítor Pereira aquando da sua intervenção, referindo que este havia transmitido a informação de que perante o problema da racha na Casa da Cultura os técnicos da Câmara explicaram que encontraram uma solução que tecnicamente era mais barata, e aquilo que acha extraordinário é que tenha sido elaborado um caderno de encargos em que poderiam ter sido encontradas soluções mais baratas e estas não tenham sido utilizadas, e que tenha sido preciso haver o acidente para se ter chegado a uma solução mais barata.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que não se pode dizer, como diz o Vereador Carlos Logrado, que a Câmara foi conivente com a empresa, pois de cada vez que havia prorrogação dos prazos esta vinha justificar junto da Câmara esse pedido e os técnicos vinham à reunião justificar tecnicamente esses prazos. Disse não ter conhecimentos técnicos para contestar as justificações, pelo que aceitava as informações como boas, mas aquilo que tem, e tinha, é responsabilidade, embora todos concordem, e seja do senso comum, que a obra se arrastou.

O **Sr. Vereador António Santos** lembrou que na altura em que se discutiu a situação da racha disse qualquer coisa como aquilo que foi agora dito pelo Vereador Aurélio, ou seja, a racha obrigou a uma reestruturação da obra, que acabou por ficar mais barata do que no projeto inicial.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que ser responsável tem uma leitura mais vasta do que aquela que a Sr.ª Vereadora Alexandra lhe deu, e que “populismo”, “demagogia” e “responsabilidade” são palavras que a colega usa habitualmente para consigo e que não lhe ficam bem, e apesar de lhe serem dirigidas não lhe causam qualquer efeito nem o condicionam.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** respondeu ao Vereador Carlos Logrado dizendo que devolve para ele próprio tudo aquilo que diz.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** continuou dizendo que estas palavras não o afetam e que não gosta sistematicamente das intervenções da Vereadora Alexandra.

O **Sr. Presidente** interrompeu, pedindo aos dois Vereadores calma e moderação nas suas intervenções.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** pediu a palavra ao Sr. Presidente, para responder que a sua postura é constante e é educada e de moderação, contrariamente aquilo que o Vereador Logrado disse. Acha interessante que o Vereador diga que ela o quer condicionar, quando é ele próprio que está a condicionar o seu discurso, porque não admite a sua liberdade de discurso e de contrariar e opinar sobre as suas palavras.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** interveio também, salientando que põe sempre grande vigor nas suas intervenções, que daí não vem grande mal ao mundo, e que sobre opiniões diferentes tem o direito de reagir, e reage, com vigor. Contudo, entende que todos deverão fazer um esforço no sentido de serem mais construtivos nas suas intervenções, uma vez que aquilo que têm de defender são as populações, e essas não querem saber se os Vereadores gostam ou não das intervenções uns dos outros.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** disse que faz suas as palavras dos anteriores Vereadores, uma vez que foi o primeiro a ser alvo dos “desmandos linguísticos” do Vereador Logrado.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que em cada caso há casos, e que até podia encolher os ombros, contentando-se com a “resposta no mais curto espaço de tempo” ou “fizemos o melhor possível”, duas expressões que são aqui muito utilizadas, no entanto as suas intervenções são substantivas.

**9 - “REDE DE SANEAMENTO NO LUGAR DE PASSAGEM – 2ª FASE – VIEIRA DE LEIRIA – CP N.º 04/2011” – REVISÃO DE PREÇOS.**

1153 - Presente informação da DISU com a ref.ª LS.04.2013, propondo a aprovação da revisão de preços da empreitada designada por “REDE DE SANEAMENTO NO LUGAR DE PASSAGEM – 2ª FASE – VIEIRA DE LEIRIA”.

Considerando que segundo o disposto no artigo 382º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”, designadamente o Decreto – Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Considerando que de acordo com o disposto no artigo 9º do Decreto – Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, “só haverá lugar a revisão de preços quando a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de atualização Ct, for igual ou superior a 1% em relação à unidade”.

Considerando que os coeficientes de atualização mensais aplicáveis são inferiores a 1%, relativamente à unidade.

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação com a ref.ª LS.04.2013, que fica anexa (Anexo 8) e aqui se dá por reproduzida, delibera que não há lugar a revisão de preços da empreitada de “REDE DE SANEAMENTO NO LUGAR DE PASSAGEM – 2ª FASE – VIEIRA DE LEIRIA”, adjudicada à firma TRANSBARQUEIRO – TRANSPORTES, L.DA, ao abrigo do disposto no artigo 9º do Decreto – Lei N.º 6/2004, de 6 de janeiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

O Sr. Presidente interrompeu a reunião nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 11:10 horas às 11:30 horas.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

**10 - EMPREITADA DE: “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA - CONCURSO PÚBLICO Nº. 06/10 (DEEM)” – APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

1154 - Presente despacho n.º 380/2013, com o seguinte teor:

*“Através de deliberação camarária, de 17 de setembro de 2013, foram aprovados trabalhos de suprimento de erros e omissões no âmbito da empreitada de Requalificação do Património Stephens - Casa da Cultura.*

*O adjudicatário foi notificado para apresentar os documentos de habilitação e prestar caução, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.*

*Em 13 de dezembro corrente, foram apresentados os documentos de habilitação e prestada a caução.*

*Nestes termos, estão reunidas as condições para proceder à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.*

*A aprovação da minuta do contrato em apreço é urgente tendo em conta a data limite do contrato de financiamento e a necessidade de garantir que todos os trabalhos são executados, medidos e pagos até ao termo do presente mês de dezembro. O retardamento da aprovação da minuta e consequentemente da celebração do contrato é suscetível de fazer perigar o financiamento da obra.*

*Assim e por se verificarem os requisitos previstos no artigo 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com o disposto no artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, aprovo a minuta do contrato a celebrar, que fica anexa.”*

**Assim, a Câmara Municipal delibera ratificar o despacho n.º 380/2013, de acordo com os artigos 33.º, n.º 1. al. j) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Na sequência da discussão do ponto antecedente, o **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou se houve erros e omissões que a Câmara tenha pago.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondeu que estes erros e omissões por parte da Câmara foram dirimidos na reunião camarária do dia 17/09/2013 e agora está-se a ratificar o despacho de aprovação da minuta do contrato.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** considera estranho e inaceitável que ocorram erros e omissões, uma vez que estes erros não deviam acontecer. Disse ainda que votou favoravelmente pela ratificação, e que erros e omissões serão sempre aprovados por si desde que haja processos internos de averiguações que tenham sempre em vista o objetivo pedagógico.

No âmbito da discussão dos **pontos 11 e 11-A**, que se seguem, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** leu a declaração de voto que irá justificar o seu voto contra e cujo conteúdo se transcreve após as respetivas votações.

Na sequência dessa declaração, o **Sr. Vereador Vítor Pereira** interveio, para clarificar e responder a algumas questões aí colocadas pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

Referiu que o Vereador Aurélio utiliza afirmações suas feitas para a comunicação social, que mantém, mas uma coisa é constatar situações que estão erradas e outra é não tomar nenhuma iniciativa para alterar as coisas. Porque não atribuir os apoios no momento da sua necessidade? Os critérios de financiamento de 2002, com alguns dos quais está de acordo, definem que são os clubes federados. Defende que o pagamento seja feito de uma só vez, porque mensalmente criaria um grande desgaste administrativo aos clubes e à Câmara, mas esta alteração aos regulamentos pressupõe que se ouçam os intervenientes, só que entretanto o processo não pode parar, e por isso não podemos todos votar contra como o faz o Vereador Aurélio, apesar de achar que não pretende o parar do processo mas sim o marcar de uma posição. Apesar de estas situações não serem as melhores, daí que as quer mudar, entende que não se pode deixar parar o processo, não atribuindo estes apoios, de que os clubes precisam como de pão para a boca.

Seguidamente respondeu, ponto por ponto, às questões colocadas na declaração de voto, informando que todos os clubes estão legalizados, que o Clube de Judo não veio porque falta um documento essencial para a atribuição do apoio, o que espelha a transparência do processo, que reuniu com todos os clubes antes desta atribuição, que o documento está fundamentado legalmente com toda a documentação e que não percebe nem vê onde está a discricionariedade total.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** interrompeu para perguntar onde está o apoio à Patinagem da Escola Guilherme Stephens.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** continuou a sua intervenção, referindo que estes apoios estão a ser atribuídos de acordo com o regulamento existente, e que já antes de o Vereador Aurélio falar da patinagem ele próprio tinha colocado a situação em reunião de Câmara, e o facto de não estar aqui contemplada não significa que não concorde com o apoio.

Seguiu-se uma troca de palavras entre os dois Vereadores, com o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** a dizer que todos concordam que este regulamento não serve, que tem de ser alterado, que é fundamental ouvir os interessados, pelo que há atitudes que se nunca forem tomadas perdurarão para a vida.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** pensa que o Vereador Aurélio está a arranjar um não problema para justificar a atitude de votar contra, da qual julga que já se arrependeu.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que não é o Vereador Vítor, com um mês e meio de responsabilidade, quem já tinha que alterar as coisas, é a Câmara que tem de alterar e que até já deveria ter alterado há muito tempo. Em relação ao pagamento continua a achar que deveria ser mensal, tendo o **Vereador Vítor Pereira** interrompido para dizer que está a contrariar o que disse inicialmente, de que os clubes precisam do pagamento no início da época desportiva, ao que o **Vereador Aurélio Ferreira** respondeu recomendando que questione os clubes, quando os ouvir, se esta possibilidade é ou não premente.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** também usou da palavra, dizendo que é ponto assente que todos concordam com a alteração dos critérios de financiamento. Contudo, e esta é a sua posição, agora tem que se trabalhar com os critérios que temos e é com eles que se tem de votar a atribuição dos subsídios, pelo que não percebe que um Movimento pela Marinha vote contra a atribuição de subsídios aos clubes da Marinha. Neste momento é um não problema, temos que atribuir os subsídios e vamos atribuí-los com os regulamentos que temos, razão pela qual vai votar a favor, pois nunca votaria contra os clubes da sua terra.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que partilha em grande parte das ideias do Vereador Aurélio, mas só não partilha das ideias drásticas, pois vão sufocar os clubes por completo. Tem que se fazer bem, com calma e ouvindo todos, pelo que agora vai votar a favor, para não vedar a atividade desportiva dos clubes, que está a definhar.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** também se pronunciou, dizendo que o Vereador Aurélio quer dar um abanão, porque o tema já não é de hoje, já a anterior Vereadora tinha este tema na agenda, e embora não concordasse com ela reconhece que teve uma atitude, para a qual a CDU não contribuiu para que fosse avante. Tendo esta força política um programa desportivo com o qual concorreu à Câmara, não percebe porque é que o Vereador em mês e meio ainda não teve tempo, uma vez que já deveria estar preparado. Até porque tudo aquilo que o Vereador Aurélio e ele próprio dizem já foi anteriormente dito pelo Vereador Vítor, sempre com grande responsabilidade. Dirigindo-se aos Vereadores Vítor Pereira e Alexandra Dengucho disse que é bom ter a experiência que têm, mas que não tenham a pretensão de terem todos os louros. Porque entende que é necessário dar um abanão na situação, ofereceu ao Vereador Vítor Pereira toda a disponibilidade do + Concelho para trabalhar nesta área, que é muito mais abrangente do que a situação dos clubes, pois respeita a toda a população do concelho.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** agradeceu a disponibilidade do + Concelho para trabalhar consigo mas não a aceita, uma vez que essa disponibilidade não deve ser oferecida para trabalhar consigo mas com a Câmara, uma vez que estão aqui para trabalhar todos em conjunto. Percebe as palavras do Vereador Logrado, mas a CDU está aqui para trabalhar para o concelho, sabe bem o que quer, não concordava com a proposta de regulamento apresentada, por considerarem que ele era pior do que aquele que estava em vigor, e o Presidente retirou-a. Pretendem ouvir todos, mas têm as suas ideias e não vão abdicar do seu poder de decisão, pelo que irão avançar nesse sentido, de forma ponderada.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que se nada for feito a situação irá permanecer, e os clubes, mesmo sem este dinheiro, têm sobrevivido, embora com dificuldades.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** desafiou o Sr. Vereador Aurélio a ter a coragem de propor que o assunto seja retirado, porque a alteração de um regulamento não se faz com um estalar de dedos, e que não diga que não há critérios, porque há, e há regulamentos, embora o Sr. Vereador não concorde com eles e vá votar contra a atribuição de subsídios com base neles.

O **Sr. Presidente** informou que houve uma proposta de regulamento, que o PS retirou da reunião de Câmara, e a Vereadora de então tinha intenção de avançar com ela, contando que seria eleita, mas não foi e agora o Vereador é o Vítor. Este modelo de contrato-programa foi implementado após uma fiscalização da IGF, e sempre existiram documentos, precisam é de ser melhorados. Na sua opinião a Câmara tem trabalhado razoavelmente bem, os números assim o dizem, e irá continuar nesse sentido, para o que conta com o apoio de todos. Na proposta aqui presente continua-se a apoiar os clubes, não reduzindo as verbas, o que é significativo numa época de crise.

**Terminadas as intervenções sobre os pontos 11 e 11-A, passou-se à sua votação.**

**11 - APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – 2013/2014.**

1155 - Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior, na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes, em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios, segundo os **“Critérios de Financiamento à Atividade Física”**, aprovados em deliberação de câmara datada de 26 de setembro de 2002 e celebrando com estes contratos – programa conforme exigência legal.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos por escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foram elaboradas as minutas dos contratos 1 e 2, anexos à presente deliberação (**Anexo g**), que se dão por integralmente reproduzidas.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, conforme documentação em anexo.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com competência prevista no artigo 33.º, n.º 1, alínea u), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo (minuta 1 e 2) respetivamente com as entidades mencionadas nos quadros 1 e 2:**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

| QUADRO 1 (MINUTA 1)  |           |   |                             |                             |
|--|-----------|---|-----------------------------|-----------------------------|
| CRITÉRIOS DE FINANCIAMENTO À ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA |           |   |                             |                             |
| ÉPOCA DESPORTIVA DE 2013/2014                              |           |   |                             |                             |
| CLUBE DESPORTIVO   | NIF       | Valor total a atribuir<br>época desportiva<br>2013/2014 | Valor a atribuir em<br>2013 | Valor a atribuir em<br>2014 |
| EAS - ACADEMIA FUTEBOL MARINHA<br>GRANDE                   | 509495281 | 4.400,00€   | 1.760,00€                   | 2.640,00€                   |
| CLUBE ATLETISMO DE MARINHA GRANDE                          | 503912530 | 9.400,00€   | 3.760,00€                   | 5.640,00€                   |
| CLUBE DESPORTIVO DA GARCIA                                 | 501395369 | 2.200,00€   | 880,00€                     | 1.320,00€                   |
| ESCOLA DE JUDO ESTRELA MARINHENSE                          | 501644300 | 2.850,00€   | 1.140,00€                   | 1.710,00€                   |
| FUTEBOL CLUBE "OS BELENENSES"                              | 501124683 | 3.630,00€   | 1.452,00€                   | 2.178,00€                   |
| GRUPO DESPORTIVO "OS VIDREIROS"                            | 500885044 | 2.702,00€   | 1.080,80€                   | 1.621,20€                   |
| INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE                            | 501254242 | 16.804,00€  | 6.721,60€                   | 10.082,40€                  |
| SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA<br>DO PILADO E ESCOURA   | 501804218 | 2.900,00€   | 1.160,00€                   | 1.740,00€                   |
| SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1.º<br>DE MAIO            | 501056467 | 40.045,00€  | 16.018,00€                  | 24.027,00€                  |
| SPORT LISBOA E MARINHA                                     | 501219340 | 14.794,00€  | 5.917,60€                   | 8.876,40€                   |
| SPORT OPERÁRIO MARINHENSE                                  | 501417702 | 17.150,00€  | 6.860,00€                   | 10.290,00€                  |
| SPORTING CLUBE MARINHENSE                                  | 501150544 | 24.250,00€  | 9.700,00€                   | 14.550,00€                  |
| <b>TOTAL</b>   |           | <b>141.125,00€</b>                                      | <b>56.450,00€</b>           | <b>84.675,00€</b>           |



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

| QUADRO 2 (MINUTA 2)   |           |   |                          |
|---|-----------|---|--------------------------|
| CRITÉRIOS DE FINANCIAMENTO À ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA                  |           |   |                          |
| ÉPOCA DESPORTIVA DE 2013/2014   |           |   |                          |
| CLUBE DESPORTIVO  | NIF       | Valor total a atribuir época desportiva 2013/2014 | Valor a atribuir em 2013 |
| ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA                                 | 500787654 | 1.150,00€   | 1.150,00€                |
| CENTRO RECREATIVO E CULTURAL DA JUVENTUDE CASAL DE ANJA                     | 503452840 | 1.000,00€   | 1.000,00€                |
| ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL DESPORTIVO NÁUTICO DA MARINHA GRANDE | 501089721 | 1.500,00€   | 1.500,00€                |
| TOTAL   |           | 3.650,00€   | 3.650,00€                |

Tendo em conta que a época desportiva se desenrola em dois anos civis, 2013 e 2014, o valor global dos subsídios respeitará essa distribuição, pelo que o valor a pagar no ano civil de 2013 diz respeito aos quatro (4) meses compreendidos entre o período de setembro a dezembro, sendo em 2014, pagos seis (6) meses de janeiro a junho inclusive, com exceção das verbas referentes aos subsídios cujo valor total não ultrapassa os 1.500,00€ (quadro 2), sendo estas pagas numa única prestação até final do corrente ano.

Face ao exposto, a Câmara Municipal da Marinha Grande delibera atribuir o valor total do subsídio referente à época desportiva de 2013/2014, efetuando os pagamentos dos valores referentes ao ano de 2013, até ao final do mês de dezembro do corrente ano (Quadro 1 e 2), sendo o pagamento dos valores correspondentes ao ano de 2014, até ao final do mês de março de 2014 (Quadro 1).

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2013/A/109 do Plano de Atividades Municipais.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a declaração de voto que se transcreve:

*"PONTO 11 – APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – 2013/2014.*

*Declaração de voto:*

*Tendo em conta que a época desportiva começou em Agosto/Setembro e os compromissos dos clubes e as despesas são assumidos nessa altura, não entendo porque só agora vamos assinar contratos-programa, com efeitos a partir de Setembro passado, ou seja há quatro meses atrás;*

*Tendo em conta que os clubes têm despesas continuas e regulares não entendo porque só pagamos em Dezembro e Março. Defendo que podia haver uma contribuição mensal;*

*Tendo em conta que não estão nesta lista todos os clubes;*

*Tendo em conta que há clubes que não são abrangidos por estes critérios (Ex. Patinagem da Escola Guilherme Stephens), e por isso entendo não haver justiça.*

*Assim, e relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, referentes à atribuição de apoio financeiro à actividade desportiva federada, através da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, para explicar o meu sentido de voto, entendo apresentar os seguintes fundamentos:*

- a) A atribuição de um subsídio tem por base supostos critérios de Financiamento à Actividade Física, aprovados em reunião do executivo de 26 de Setembro de 2002 (os quais desconhecemos, dado que não nos foram facultados, e as actas disponíveis ao público no site se reportam ao período posterior a 5 de Janeiro de 2006). Para além do desconhecimento destes critérios, dos fundamentos que levam à atribuição de valores diferenciados e da análise que sustenta essa atribuição, também não se entendem porque estes apoios não são fundamentados no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, dado que o mesmo também contempla um "Programa de apoio a actividades com carácter anual".*
- b) Sem prejuízo do enquadramento em critérios aprovados pelo executivo em 2002, os quais se desconhece como já referimos, da informação disponibilizada não se depreende que estão garantidos os princípios de igualdade e imparcialidade na atribuição destas verbas.*
- c) Se houve um processo de atribuição deste tipo de apoios não tem que haver um serviço técnico que analise as condições da sua atribuição, que emita um parecer, que ateste que o processo está de acordo com os critérios, que acompanhe e fiscalize se o montante atribuído será utilizado para o fim a que se destina? Se existe, nada disto nos foi enviado.  
*Quem ficará responsável pelo ónus de uma atribuição que levanta este tipo de dúvidas, em quem recairá a responsabilidade financeira deste acto?**
- d) Porque motivos estas propostas apenas são apreciadas agora em reunião dado que têm efeitos retroactivos (reportando-se a Setembro'2013)? Não será de repensar o modelo de atribuição destes apoios de modo a que sejam facultados antes da realização das actividades, permitindo uma maior organização e planeamento aos clubes?*

*Conforme me foi enviado o processo tudo leva a crer que a margem de discricionariedade é total, ou seja, não se percebe porque se atribui uma verba de 40.045,00€ à Sociedade de instrução e Recreio 1.º de Maio e 2.200,00€ ao Clube Desportivo da Garcia. Deve haver uma razão e provavelmente terá toda a racionalidade. Contudo quando isso não está justificado no processo o campo da discricionariedade é enorme.*

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

*“Relativamente aos critérios de financiamento, os que existem são manifestamente insuficientes e tremendamente subjectivos. Iremos alterar os regulamentos, tornando-os mais compreensíveis, mais rigorosos e, sobretudo, mais justos.” – Vítor Pereira*

*Dado que o regulamento e os critérios existentes são manifestamente e assumidamente por todos incapazes, não seria mais justo definir os critérios num regulamento competente e então depois distribuir com justiça e clareza as verbas ?*

*Proponho que de imediato, o Sr. Presidente, o Sr. Vereador ou quem entenderem comecem a avaliação e alteração do regulamento para que se faça justiça e haja transparência.*

*Sobre esta matéria é importante ainda clarificar que sou favorável a uma política de apoio à actividade desportiva, designadamente a desempenhada no âmbito da formação. Contudo, não conseguimos concordar com o modelo adoptado nestas atribuições, o qual não é claro nem transparente. As propostas aqui expressas não permitem perceber esta lógica de administração.*

*Por estas razões sou forçado a votar contra, não que não entenda e concorde que se apoiem os clubes, mas pelas explicações já aqui expressas.”*

**De seguida o Sr. Vereador Vítor Pereira, Vereador do pelouro, informou que após o envio da ordem do dia da presente reunião, o Atlético Clube Marinhense fez entrega da documentação necessária à atribuição do apoio financeiro, pelo que, com a concordância de todos, tal como foi votado no início da reunião, foi apresentada a discussão e votação a seguinte proposta:**

**11-A - ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ACTIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA- ÉPOCA 2013/2014 E APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO.**

1156 - Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior, na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes, em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios, segundo os “**Critérios de Financiamento à Atividade Física**”, aprovados em deliberação de câmara datada de 26 de setembro de 2002 e celebrando com estes contratos – programa conforme exigência legal.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos por escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta 1, anexo à presente deliberação (**Anexo 10**), que se dá por integralmente reproduzida.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão de 28-12-2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no artigo 12º do Decreto Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, conforme documentação em anexo.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência prevista no artigo 33.º, n.º 1, alínea u), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo (minuta em anexo) com a entidade mencionada no quadro seguinte:

| CRITÉRIOS DE FINANCIAMENTO À ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA |           |   |                          |                          |
|--|-----------|---|--------------------------|--------------------------|
| ÉPOCA DESPORTIVA DE 2013/2014                              |           |   |                          |                          |
| CLUBE DESPORTIVO   | NIF       | VALOR TOTAL A ATRIBUIR ÉPOCA DESPORTIVA 2013/2014 | VALOR A ATRIBUIR EM 2013 | VALOR A ATRIBUIR EM 2014 |
| ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE                                  | 501224254 | 17.496,00€  | 6.998,40€                | 10.497,60€               |

Tendo em conta que a época desportiva se desenrola em dois anos civis, 2013 e 2014, o valor global do subsídio respeitará essa distribuição, pelo que o valor a pagar no ano civil de 2013 diz respeito aos quatro (4) meses compreendidos entre o período de setembro a dezembro, sendo em 2014, pagos seis (6) meses de janeiro a junho inclusive.

Face ao exposto, a Câmara Municipal da Marinha Grande delibera atribuir o valor total do subsídio referente à época desportiva de 2013/2014, efetuando os pagamentos dos valores referentes ao ano de 2013, até ao final do mês de dezembro do corrente ano, sendo o pagamento dos valores correspondentes ao ano de 2014, até ao final do mês de março de 2014.

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2013/A/109 do Plano de Atividades Municipais.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a declaração de voto que se transcreve, e que é a mesma que proferiu para o ponto 11 da ordem do dia:

*"PONTO 11 – APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – 2013/2014.*

*Declaração de voto:*

*Tendo em conta que a época desportiva começou em Agosto/Setembro e os compromissos dos clubes e as despesas são assumidos nessa altura, não entendo porque só agora vamos assinar contratos-programa, com efeitos a partir de Setembro passado, ou seja há quatro meses atrás;*

*Tendo em conta que os clubes têm despesas contínuas e regulares não entendo porque só pagamos em Dezembro e Março. Defendo que podia haver uma contribuição mensal;*

*Tendo em conta que não estão nesta lista todos os clubes;*

*Tendo em conta que há clubes que não são abrangidos por estes critérios (Ex. Patinagem da Escola Guilherme Stephens), e por isso entendo não haver justiça.*

*Assim, e relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, referentes à atribuição de apoio financeiro à actividade desportiva federada, através da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, para explicar o meu sentido de voto, entendo apresentar os seguintes fundamentos:*

- e) A atribuição de um subsídio tem por base supostos critérios de Financiamento à Actividade Física, aprovados em reunião do executivo de 26 de Setembro de 2002 (os quais desconhecemos, dado que não nos foram facultados, e as actas disponíveis ao público no site se reportam ao período posterior a 5 de Janeiro de 2006). Para além do desconhecimento destes critérios, dos fundamentos que levam à atribuição de valores diferenciados e da análise que sustenta essa atribuição, também não se entendem porque estes apoios não são fundamentados no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, dado que o mesmo também contempla um "Programa de apoio a actividades com carácter anual".*
- f) Sem prejuízo do enquadramento em critérios aprovados pelo executivo em 2002, os quais se desconhece como já referimos, da informação disponibilizada não se depreende que estão garantidos os princípios de igualdade e imparcialidade na atribuição destas verbas.*
- g) Se houve um processo de atribuição deste tipo de apoios não tem que haver um serviço técnico que analise as condições da sua atribuição, que emita um parecer, que ateste que o processo está de acordo com os critérios, que acompanhe e fiscalize se o montante atribuído será utilizado para o fim a que se destina? Se existe, nada disto nos foi enviado.  
Quem ficará responsável pelo ónus de uma atribuição que levanta este tipo de dúvidas, em quem recairá a responsabilidade financeira deste acto?*
- h) Porque motivos estas propostas apenas são apreciadas agora em reunião dado que têm efeitos retroactivos (reportando-se a Setembro'2013)? Não será de repensar o modelo de atribuição destes apoios de modo a que sejam facultados antes da realização das actividades, permitindo uma maior organização e planeamento aos clubes?*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

*Conforme me foi enviado o processo tudo leva a crer que a margem de discricionariade é total, ou seja, não se percebe porque se atribui uma verba de 40.045,00€ à Sociedade de instrução e Recreio 1.º de Maio e 2.200,00€ ao Clube Desportivo da Garcia. Deve haver uma razão e provavelmente terá toda a racionalidade. Contudo quando isso não está justificado no processo o campo da discricionariade é enorme.*

*“Relativamente aos critérios de financiamento, os que existem são manifestamente insuficientes e tremendamente subjectivos. Iremos alterar os regulamentos, tornando-os mais compreensíveis, mais rigorosos e, sobretudo, mais justos.” – Vítor Pereira*

*Dado que o regulamento e os critérios existentes são manifestamente e assumidamente por todos incapazes, não seria mais justo definir os critérios num regulamento competente e então depois distribuir com justiça e clareza as verbas ?*

*Proponho que de imediato, o Sr. Presidente, o Sr. Vereador ou quem entenderem comecem a avaliação e alteração do regulamento para que se faça justiça e haja transparência.*

*Sobre esta matéria é importante ainda clarificar que sou favorável a uma política de apoio à actividade desportiva, designadamente a desempenhada no âmbito da formação. Contudo, não conseguimos concordar com o modelo adoptado nestas atribuições, o qual não é claro nem transparente. As propostas aqui expressas não permitem perceber esta lógica de administração.*

*Por estas razões sou forçado a votar contra, não que não entenda e concorde que se apoiem os clubes, mas pelas explicações já aqui expressas.”*

## **12 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2013/2014 – 1.ª FASE**

1157 - Presente informação n.º 2371/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 02/12/2013 referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande pertencentes aos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria.

Considerando que os municípios possuem atribuições no domínio da educação nos termos da alínea d) n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal comparticipar no apoio no domínio da ação social escolar, conforme a alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, e, ainda em conformidade com o Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 14368-A/2010, de 14 de setembro, do Gabinete do Secretário de Estado da

Educação, n.º 12284/2011, de 19 de setembro e ainda o n.º 11861/2013, do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, delibera atribuir aos órgãos de gestão dos 3 Agrupamentos de Escolas do Concelho da Marinha Grande os seguintes subsídios:

- Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Dra. Amélia Cândida Ponto da Boavista, 2430-053, n.º fiscal 600 075 761

Total de Pedidos: 312 (dos quais 12 alunos não tiveram direito ao subsídio escolar)

Valor do subsídio escolar a atribuir: 9.810,00€ (nove mil oitocentos e dez euros)

#### 1 – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente

| Agrupamento de Escolas Nascente - Escalão A |              |                |                   |
|---|--------------|----------------|-------------------|
| Grau de Ensino                              | Nº de Alunos | Valor Unitário | Total             |
| Pré- Escolar                                | 29           | 50,00 €        | 1.450,00 €        |
| Escolas 1º Ciclo                            | 141          | 40,00 €        | 5.640,00 €        |
| <b>Total</b>                                | <b>170</b>   |                | <b>7.090,00 €</b> |

| Agrupamento de Escolas Nascente - Escalão B |              |                |                   |
|---|--------------|----------------|-------------------|
| Grau de Ensino                              | Nº de Alunos | Valor Unitário | Total             |
| Pré- Escolar                                | 24           | 25,00 €        | 600,00 €          |
| Escolas 1º Ciclo                            | 106          | 20,00 €        | 2.120,00 €        |
| <b>Total</b>                                | <b>130</b>   |                | <b>2.720,00 €</b> |

| Total Agrupamento de Escolas Nascente |              |                   |
|---------------------------------------|--------------|-------------------|
| Grau de Ensino                        | Total Alunos | Total Valores     |
| Pré-Escolar                           | 53           | 2.050,00 €        |
| 1º Ciclo                              | 247          | 7.760,00 €        |
| <b>Total</b>                          | <b>300</b>   | <b>9.810,00 €</b> |

- Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Alberto Nery Capucho, Apartado 385, 2430-231, n.º fiscal 600 076 768

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

Total de Pedidos: 400 (dos quais 47 não tiveram direito ao subsídio escolar)

Valor do subsídio escolar a atribuir: 12.595,00€ (doze mil quinhentos e noventa e cinco euros)

## 2 – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente

| Agrupamento de Escolas Poente - Escalão A (100%) |              |                |                   |
|--|--------------|----------------|-------------------|
| Grau de Ensino                                   | Nº de Alunos | Valor Unitário | Total             |
| Pré- Escolar                                     | 86           | 50,00 €        | 4.300,00 €        |
| Escolas 1º Ciclo                                 | 135          | 40,00 €        | 5.400,00 €        |
| <b>Total</b>                                     | <b>221</b>   |                | <b>9.700,00 €</b> |

| Agrupamento de Escolas Poente Escalão B (50%) |              |                |                   |
|---|--------------|----------------|-------------------|
| Grau de Ensino                                | Nº de Alunos | Valor Unitário | Total             |
| Pré- Escolar                                  | 51           | 25,00 €        | 1.275,00 €        |
| Escolas 1º Ciclo                              | 81           | 20,00 €        | 1.620,00 €        |
| <b>Total</b>                                  | <b>132</b>   |                | <b>2.895,00 €</b> |

| Total Agrupamento de Escolas Poente |              |                    |
|-------------------------------------|--------------|--------------------|
| Grau de Ensino                      | Total Alunos | Total Valores      |
| Pré-Escolar                         | 137          | 5.575,00 €         |
| 1º Ciclo                            | 216          | 7.020,00 €         |
| <b>Total</b>                        | <b>353</b>   | <b>12.595,00 €</b> |

- Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho Apartado 6, 2431-909, n.º fiscal 600 076 270

Total de Pedidos: 102

Valor do subsídio escolar a atribuir 3.685,00€ (seis mil seiscentos e oitenta e cinco euros)

## 3 – Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

| Agrupamento de Escolas Vª Leiria - Escalão A |              |                |                   |
|--|--------------|----------------|-------------------|
| Grau de Ensino                               | Nº de Alunos | Valor Unitário | Total             |
| Pré- Escolar                                 | 23           | 50,00 €        | 1.150,00 €        |
| Escolas 1º Ciclo                             | 45           | 40,00 €        | 1.800,00 €        |
| <b>Total</b>                                 | <b>68</b>    |                | <b>2.950,00 €</b> |

| Agrupamento de Escolas Vª Leiria - Escalão B |              |                |                 |
|--|--------------|----------------|-----------------|
| Grau de Ensino                               | Nº de Alunos | Valor Unitário | Total           |
| Pré- Escolar                                 | 11           | 25,00 €        | 275,00 €        |
| Escolas 1º Ciclo                             | 23           | 20,00 €        | 460,00 €        |
| <b>Total</b>                                 | <b>34</b>    |                | <b>735,00 €</b> |

| Total Agrupamento de Escolas Vª Leiria |              |                   |
|--|--------------|-------------------|
| Grau de Ensino                         | Total Alunos | Total Valores     |
| Pré-Escolar                            | 34           | 1.425,00 €        |
| 1º Ciclo                               | 68           | 2.260,00 €        |
| <b>Total</b>                           | <b>102</b>   | <b>3.685,00 €</b> |

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações 2013/A/33 e 2013/A/31/ do Plano de Atividades Municipais.

**Mais delibera autorizar a publicação das listas definitivas, elaboradas nominalmente e constantes em anexo nesta deliberação (Anexo 11), nos respetivos estabelecimentos de ensino, para conhecimento dos encarregados de educação, do valor a que terão direito a receber e da situação relativamente à utilização dos refeitórios escolares dos respetivos educandos e, suportar durante o ano letivo de 2013/2014, os almoços dos alunos subsidiados no escalão A (1,46€) e no escalão B (0,73€) que pretendam recorrer aos serviços das cantinas escolares.**

**Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até 30 de junho de 2014.**

**Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião nesta altura, para almoço, que decorreu das 13:10 horas às 14:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**13 - SERVIÇOS DE “TRANSPORTES ESCOLARES E NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS SOCIAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO PARA O ANO 2014” - ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO**

1158 - Considerando que em reunião de Câmara Municipal de 28/11/2013, foi deliberado:

- autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato “*Transportes escolares e no âmbito de projetos educativos, culturais sociais e desportivos apoiados pelo município para o ano 2014*” até ao limite de 311.475,00€, acrescidos de IVA à taxa de 6%;
- tomar a decisão de contratar com vista à satisfação das necessidades identificadas pela Divisão de Cidadania e Desenvolvimento;
- excluir a celebração do contrato de procedimento para a formação de contratos, nos termos do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que através do ofício, com o registo de saída n.º 4261, datado de 05/12/2013, foi remetido convite para apresentação de proposta, à empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESOAAL S.A.

Considerando que a empresa municipal apresentou a proposta n.º 01/TUMG/2013, datada de 11/12/2013 e que os serviços da DCD-Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, atentos os valores da mesma, emitiram relatório de análise, estimando a globalidade dos serviços a prestar em 2014, em 283.200,00 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para o “*CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTES ESCOLARES E OUTROS A CELEBRAR COM A EMPRESA*”

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

*MUNICIPAL TUMG PARA O ANO DE 2014 - EXCEPTO TRANSPORTES URBANOS*”, na classificação orgânica/económica 0103/020210, ação do PAM 2013/A/130.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 22/11/2013, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para os *“Transportes escolares e no âmbito de projetos educativos, culturais sociais e desportivos apoiados pelo município para o ano 2014”* dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, adjudicar a celebração de contrato de *“Transportes escolares e no âmbito de projetos educativos, culturais sociais e desportivos apoiados pelo município para o ano 2014”*, à empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A., até ao montante máximo de 283.200,00€, acrescidos de IVA à taxa de 6%, perfazendo o total com IVA de 300.192,00€.**

**A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a minuta do contrato a celebrar entre as partes.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal S.A.**

#### **14 - 23.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013 – 4.ª REVISÃO**

1159 - Considerando a execução de alguns dos contratos adjudicados até à presente data, verifica-se que os pagamentos previstos para o ano de 2013 não poderão ser efetuados quer pelo facto da execução física ter ficado aquém da previsão inicial, quer pelo facto de não ser expectável a receção das faturas imprescindíveis para a concretização do pagamento até 31-12-2013.

Face ao exposto, importa proceder à apresentação de uma Revisão ao Orçamento de 2013, para efeitos de ajustamento dos compromissos assumidos no exercício de 2013 que se irão consubstanciar em compromissos plurianuais, pelos motivos expostos, e para efeitos do cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, Lei dos compromissos e pagamentos em atraso, LCPA, pelo que a presente proposta de Modificação aos documentos previsionais de 2013 apenas contempla alterações em dotações em anos seguintes.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

Presente proposta da 23ª Modificação – 4ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**4ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2013**, no valor de 0,00 euros nos reforços e 0,00 euros nas anulações;

**4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2013**, no valor de 0,00 euros nos reforços e 0,00 euros nas anulações, com inscrição de dotação em 2014 no montante de 153.149,47 euros;

**4ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2013**, no valor de 0,00 euros nos reforços e 0,00 euros nas anulações e com inscrição de dotação em anos seguintes no montante total de 126.129,00 euros.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, **delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 23ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, constituída pela 4ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 4ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais**, para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

**A deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA A EDIFÍCIOS CAMARÁRIOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2011/A/109 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**

1160 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos

em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a realização das seguintes adjudicações:

- a) Acordo Quadro para o *“Fornecimento de electricidade em média tensão e em baixa tensão especial”*, através do processo de aquisição n.º 76/2012-AP/DOEM;
- b) Ajuste direto para o *“Fornecimento de energia eléctrica às instalações do Centro Empresarial da Marinha Grande”*, através do processo de aquisição n.º 13/2013-AP/DISU;
- c) Contratação excluída nos termos do CCP relativo ao *“Fornecimento de energia em baixa tensão normal para o ano de 2013”*;
- d) Ajuste direto para o *“Fornecimento de energia eléctrica aos serviços comuns e escritórios da IVIMA para o período de outubro de 2013 a janeiro de 2014”*;

Considerando que o montante que se estima que transite por faturar e/ou pagar inerente às prestações de serviços supra referidas é superior ao previsto aquando da elaboração da Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2013, afigura-se necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 69.797,00 euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor), no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 0103/020201 e 0103/06020399 da ação do PAM 2011/A/109.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao fornecimento de energia elétrica a edifícios camarários, até ao valor de sessenta e nove mil, setecentos e noventa e sete euros, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

**16 - FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL A DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS TIPO  
ESTÁDIO, ESCOLAS E PAVILHÕES, EXCLUINDO PISCINAS MUNICIPAIS - PEDIDO DE  
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE  
COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO  
ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLuíDOS NA AÇÃO  
2011/A/115 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**

1161 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a realização de procedimento de ajuste direto para o “*Fornecimento contínuo de gás natural a diversas instalações municipais*”, através do processo de aquisição n.º 81/2012-AP/DOEM;

Considerando ainda a realização de procedimento de ajuste direto para o “*Fornecimento de gás natural canalizado para o edifício da antiga fábrica da Resinagem e para a cantina escolar da Várzea de dezembro de 2013 a maio de 2014*”;

Considerando que o montante que se estima que transite por faturar e/ou pagar inerente às prestações de serviços supra referidas é superior ao previsto aquando da elaboração da Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2013, afigura-se necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 23.061,00 euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor), no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 0103/06020399 e 0103/02010299 da ação do PAM 2011/A/115.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao fornecimento de gás natural a diversas instalações municipais tipo estádio, escolas e pavilhões (excluindo piscinas), até ao valor de vinte e três mil e sessenta um euros, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**17 - COMUNICAÇÕES FIXAS EM DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS - ESCOLAS E OUTROS EDIFÍCIOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2011/A/114 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**

1162 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

Considerando a realização de procedimento de concurso público para a “Prestação de serviços de comunicações fixas para diversas instalações do Município da Marinha Grande”, através do processo de aquisição n.º 15/2012-AP/DCCM;

Considerando ainda a realização de procedimento de ajuste direto para os “*Serviços de comunicações 707\*, 808\*, 809\* e 1\* para o período de dezembro de 2012 a junho de 2014*”, através do processo de aquisição n.º 70/2012-AP/DCCM;

Considerando que o montante que se estima que transite por faturar e/ou pagar inerente às prestações de serviços supra referidas é superior ao previsto aquando da elaboração da Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2013, afigura-se necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 1.685,00 euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor), no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 0103/020209 da ação do PAM 2011/A/114.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos às comunicações fixas em diversas instalações municipais (escolas e outros edifícios), até ao valor de mil seiscientos e oitenta e cinco euros, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**18 - RECOLHA DE LIXOS SELETIVOS NO CONCELHO (CONTENTORES MULTIBENS) - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2012/A/51 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**



1163 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a realização de procedimento de ajuste direto para “*Serviços de levantamento de contentores multibens para os anos de 2013 e 2014*”, através do processo de aquisição n.º 74/2012-AP/DASUP;

Considerando que o montante que se estima que transite por faturar e/ou pagar inerente às prestações de serviços supra referidas é superior ao previsto aquando da elaboração da Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2013, afigura-se necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 705,00 euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor), no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/020225 da ação do PAM 2012/A/51.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos “*Serviços de levantamento de contentores multibens para os anos de 2013 e 2014*”, até ao valor de setecentos e cinco euros, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**19 - LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE COLETORES DOMÉSTICOS E PLUVIAIS DE 2013 A 2014 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2012/A/130 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**

1164 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a realização de procedimento de ajuste direto para “*Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho da Marinha Grande*”, através do processo de aquisição n.º 22/2013-AP/DISU;

Considerando que o montante que se estima que transite por faturar e/ou pagar inerente às prestações de serviços supra referidas é superior ao previsto aquando da elaboração da Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2013, afigura-se necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 3.365,00 euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor), no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/020225 da ação do PAM 2012/A/130.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “*Prestação de serviços de limpeza e desobstrução da rede de colectores de águas residuais domésticas e pluviais no concelho da Marinha Grande*”, até ao valor de três mil, trezentos e sessenta e cinco euros, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**20 - RECOLHA DE EFLUENTES DOMÉSTICOS PARA OS ANOS DE 2013 E 2014 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2012/A/132 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**

1165 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a realização de procedimento de concurso público para a “*Recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande para os anos de 2013 e 2014*”, através do processo de aquisição n.º 17/2013-AP/DISU;

Considerando que o montante que se estima que transite por faturar e/ou pagar inerente às prestações de serviços supra referidas é superior ao previsto aquando da elaboração da Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2013, afigura-se necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 11.237,00 euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor), no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/020225 da ação do PAM 2012/A/132.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos “*Recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande para os anos de 2013 e 2014*”, até ao valor de onze mil, duzentos e trinta e sete euros, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**21 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA A EDIFÍCIOS CAMARÁRIOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/A/3 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**

1166 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a realização de procedimento de ajuste direto para “*Fornecimento de energia eléctrica aos espaços comuns do Edifício da Resinagem da Marinha Grande*”, através do processo de aquisição n.º 52/2013-AP/DISU;

Considerando que o montante que se estima que transite por faturar e/ou pagar inerente às prestações de serviços supra referidas é superior ao previsto aquando da elaboração da Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2013, afigura-se necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 9.013,00 euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor), no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 0103/020201 e 0103/06020399 da ação do PAM 2013/A/3.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao “*Fornecimento de energia eléctrica aos espaços comuns do Edifício da Resinagem da Marinha Grande*”, até ao valor de nove mil e treze euros, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**22 - FORNECIMENTO DE GÁS DE GARRAFA PARA ESCOLAS E CANTINAS MUNICIPAIS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/A/4 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**

1167 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a realização de procedimento de ajuste direto para “*Fornecimento, transporte e instalação de garrafas de gás para abastecimento de cantinas escolares, instalações municipais e estabelecimentos de ensino*”, através do processo de aquisição n.º 16/2013-AP/DFTI;

Considerando que o montante que se estima que transite por faturar e/ou pagar inerente às prestações de serviços supra referidas é superior ao previsto aquando da elaboração da Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2013, afigura-se necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 4.044,00 euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor), no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 06/02010299 da ação do PAM 2013/A/4.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao “*Fornecimento, transporte e instalação de garrafas de gás para abastecimento de***

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

***cantinas escolares, instalações municipais e estabelecimentos de ensino”, até ao valor de quatro mil e quarenta e quatro euros, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.***

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**23 - INTERNET E FIBRA ÓPTICA PARA INSTALAÇÕES MUNICIPAIS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/A/5 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**

1168 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a realização de procedimento de ajuste direto para “*Prestação de serviços de acesso à internet para diversas instalações do Município da Marinha Grande*”, através do processo de aquisição n.º 02/2013-AP/DFTI;

Considerando que o montante que se estima que transite por faturar e/ou pagar inerente às prestações de serviços supra referidas é superior ao previsto aquando da elaboração da Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2013, afigura-se necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 3.150,00 euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor), no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 02/020209 da ação do PAM 2013/A/5.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a *“Prestação de serviços de acesso à internet para diversas instalações do Município da Marinha Grande”*, até ao valor de três mil, cento e cinquenta euros, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**24 - TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS NO ANO LETIVO 2013/2014 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLuíDOS NA AÇÃO 2013/A/37 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2013**

1169 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

Considerando a realização de procedimento de ajuste direto para o “Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2013/2014”, através do processo de aquisição n.º 49/2013-AP/DCD;

Considerando ainda a realização de procedimento de contratação excluída, nos termos do CCP, para o “*Transporte de alunos nas linhas urbanas da TUMG no ano letivo 2013/2014*”;

Considerando que o montante que se estima que transite por faturar e/ou pagar inerente às prestações de serviços supra referidas é superior ao previsto aquando da elaboração da Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2013, afigura-se necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 72,00 euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor), no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 06/020210 e 06/020225 da ação do PAM 2013/A/37.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao transporte escolar de alunos no ano letivo 2013/2014, até ao valor de setenta e dois euros, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal S.A.**

**25 - BENEFICIAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE - AJUSTE DIRETO N.º 28/2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/I/73 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

1170 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para a obra de Beneficiação da Piscina Municipal da Marinha Grande, serão assumidos, no ano de 2014, encargos até ao valor de 14.086,08 euros, atentos atrasos registados na execução da empreitada, pelo que se afigura necessário assumir encargos adicionais no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010302 e ação do PPI 2013/1/73.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Beneficiação da Piscina Municipal da Marinha Grande, até ao valor de catorze mil e oitenta e seis euros e oito cêntimos, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**26 - REQUALIFICAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA BOAVISTA – AJUSTE DIRETO N.º 34/2013  
- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO  
DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1  
DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA  
AÇÃO 2013/I/40 DO PLANO DE PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**

1171 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para a obra de Requalificação do Reservatório da Boavista, serão assumidos encargos até ao valor de 73.475,38 euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010406 e ação do PPI 2013/I/40.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Requalificação do reservatório da Boavista, até ao valor de**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

setenta e três mil, quatrocentos e setenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**27 - REQUALIFICAÇÃO DO ALPENDRE DO JARDIM DE INFÂNCIA DA ORDEM - AJUSTE DIRETO N.º 35/2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO - PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/1/11 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**

1172 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para a obra de Requalificação do alpendre do jardim de infância da Ordem, serão assumidos encargos até ao valor de 5.270,00 euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/ 07010305 e ação do PPI 2013/1/11.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Requalificação do alpendre do jardim de infância da Ordem, até ao valor de cinco mil duzentos e setenta euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**28 - REQUALIFICAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS PREDIAL NO BLOCO 32 DA RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO, NO 1.º B E 3.º B – AJUSTE DIRETO N.º 36/2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/I/20 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**

1173 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para a obra de Requalificação da rede de águas predial no Bloco 32 da Rua General Humberto Delgado, no 1.º B e 3.º B, serão assumidos encargos até ao valor de 2.320,00 euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/ 07010203 e ação do PPI 2013/1/20.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Requalificação da rede de águas predial no Bloco 32 da Rua General Humberto Delgado, no 1.º B e 3.º B, até ao valor de dois mil, trezentos e vinte euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**29 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL - CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2012 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2010/1/43 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**

1174 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação,

contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de Requalificação do Património Stephens – Fase 2, Jardim Central, serão assumidos encargos até ao valor de 773,59 euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010404 e ação do PPI 2010/I/43.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Requalificação do Património Stephens – Fase 2, Jardim Central, até ao valor de setecentos e setenta e três euros e cinquenta e nove cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**30 - BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA – CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2009 - IVA AUTOLIQUIDAÇÃO INERENTE A REVISÃO DE PREÇOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/I/117 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**

1175 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de “Beneficiação da Rua da Indústria” será proposto para aprovação a respetiva Revisão de Preços, pelo que serão assumidos encargos até ao valor de 82,05 euros, relativos ao valor do IVA a entregar em fevereiro de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030301 e ação do PPI 2003/I/117.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Beneficiação da Rua da Indústria – Revisão de Preços, até ao valor de oitenta e dois euros e cinco cêntimos, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**31 - ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DO GUILHERME E DUAS INTERSEÇÕES GIRATÓRIAS – CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2010 - IVA AUTOLIQUIDAÇÃO INERENTE A REVISÃO DE PREÇOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2010/I/124 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**



1176 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de “Abertura de arruamento paralelo à Estrada do Guilherme e duas intersecções giratórias” será proposto para aprovação a respetiva Revisão de Preços, pelo que serão assumidos encargos até ao valor de 7,48 euros, relativo ao valor do IVA a entregar em fevereiro de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030301 e ação do PPI 2010/I/124.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Abertura de arruamento paralelo à Estrada do Guilherme e duas intersecções giratórias – Revisão de Preços Definitiva, até ao valor de cento e vinte e quatro euros e sessenta e nove euros, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**32 - REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM - CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2010 - IVA AUTOLIQUIDAÇÃO INERENTE A REVISÃO DE PREÇOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLuíDOS NA AÇÃO 2010/I/44 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**

1177 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de “Reabilitação do Edifício da antiga Fábrica da Resinagem”, será proposto para aprovação a respetiva Revisão de Preços, pelo que serão assumidos encargos até ao valor de 272,54 euros, relativos ao valor do IVA a entregar em fevereiro de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010302 e ação do PPI 2010/I/44.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

**Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Reabilitação do Edifício da antiga Fábrica da Resinagem – Revisão de Preços, até ao valor de duzentos e setenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**33 - REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DIREITA - CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2013 -PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/1/43 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**

1178 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de Remodelação da rede de abastecimento de água na Rua Direita, serão assumidos encargos até ao valor de 1.510,00 euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, atentos atrasos registados na execução da empreitada, pelo que se afigura necessário assumir encargos adicionais no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030306 e ação do PPI 2013/1/43.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Remodelação da rede de abastecimento de água na Rua Direita, até ao valor de mil, quinhentos e dez euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**34 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CONCURSO PÚBLICO N.º 06/2010 - IVA AUTOLIQUIDAÇÃO INERENTE A REVISÃO DE PREÇOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2009/I/54 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**

1179 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de “Requalificação do Património Stephens – Casa da Cultura”, será proposto para aprovação a respetiva Revisão de Preços, pelo que serão assumidos encargos até ao valor de 270,07 euros, relativos ao valor do IVA a entregar em fevereiro de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010307 e ação do PPI 2009/I/54.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Requalificação do Património Stephens – Casa da Cultura – Revisão de Preços, até ao valor de duzentos e setenta euros e sete centimos, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**35 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES – CONCURSO PÚBLICO N.º 06/2010 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2009/I/54 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**

1180 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de “Requalificação do Património Stephens – Casa da Cultura – Trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões “, serão assumidos, no ano de 2014, encargos até ao valor de 31.220,45 euros, atentos atrasos registados na execução da empreitada.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/ 07010307 e ação do PPI 2009/I/54.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Requalificação do Património Stephens – Casa da Cultura – Trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões, até ao valor de trinta e um mil, duzentos e vinte euros e quarenta e cinco centimos, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**36 - REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DO ALECRIM - CONCURSO PÚBLICO N.º 06/2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/I/44 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**

1181 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de Remodelação da rede de abastecimento de água na Rua do Alecrim, serão assumidos, no ano de 2014, encargos até ao valor de 11.214,09 euros, atentos atrasos registados na execução da empreitada, pelo que se afigura necessário assumir encargos adicionais no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030306 e ação do PPI 2013/I/44.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Remodelação da rede de abastecimento de água na Rua do Alecrim, até ao valor de onze mil, duzentos e catorze euros e nove centimos, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**37 - REDE DE DRENAGEM DOMÉSTICA NO LUGAR DE FONTE SANTA - CONCURSO PÚBLICO N.º 07/2010 - IVA AUTOLIQUIDAÇÃO INERENTE A REVISÃO DE PREÇOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLuíDOS NA AÇÃO 2013/I/34 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**

1182 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de “Rede de drenagem doméstica no lugar de Fonte Santa”, será proposto para aprovação a respetiva Revisão de Preços, pelo que serão assumidos encargos até ao valor de 2,81 euros, relativos ao valor do IVA a entregar em fevereiro de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030302 e ação do PPI 2013/I/34.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha**



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

**Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Rede de drenagem doméstica no lugar de Fonte Santa – Revisão de Preços Definitiva, até ao valor de dois euros e oitenta e um cêntimos, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**38 - ADAPTAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DA COLECÇÃO VISITÁVEL DO FUTURO MUSEU DA INDÚSTRIA DE MOLDES (MIM) E DO NÚCLEO DE ARTE CONTEMPORÂNEA (NAC) – CONCURSO PÚBLICO N.º 09/2013 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2010/I/44 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**

1183 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de Adaptação para instalação da colecção visitável do futuro Museu da Indústria de Moldes (MIM) e do Núcleo de Arte Contemporânea (NAC), serão assumidos encargos até ao valor de 2.810,08 euros, no ano de 2014, atentos atrasos verificados na execução da empreitada.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010302 e ação do PPI 2010/I/44.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Adaptação para instalação da coleção visitável do futuro Museu da Indústria de Moldes (MIM) e do Núcleo de Arte Contemporânea (NAC), até ao valor de dois mil, oitocentos e dez euros e oito cêntimos, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**39 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DE RESERVATÓRIO APOIADO NA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO – P.A. N.º 07/2013-AP/DISU - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2013/I/51 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**

1184 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a realização de procedimento de ajuste direto para a “*Prestação de serviços para elaboração do projeto de execução do reservatório apoiado – zona de abastecimento da Estação*”, através do processo de aquisição n.º 07/2013-AP/DISU e considerando que a obra inerente se prevê que seja adjudicada em 2014, a dívida que se estima que transite por faturar relativa a esta prestação do serviço ascende a 3.210,00 euros acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, pelo que, será necessário assumir encargos deste montante no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 05/07010406 e ação do PPI 2013/1/51.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de serviços “Prestação de serviços para elaboração do projeto de execução do reservatório apoiado – zona de abastecimento da Estação”, até ao valor de três mil, duzentos e dez euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**40 - ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE ESPECIALIDADES DA INSTALAÇÃO DE UMA CRECHE NO EDIFÍCIO DA IVIMA – P.A. N.º 75/2012-AP/DOP - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLuíDOS NA AÇÃO 2011/1/16 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013**

1185 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano

económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a realização de procedimento de ajuste direto para a *“Elaboração dos projetos das especialidades da instalação de uma creche no edifício da IVIMA”*, através do processo de aquisição n.º 75/2012-AP/DOPP e considerando que se prevê que a obra inerente seja iniciada em 2014, a dívida que se estima que transite por faturar relativa a esta prestação do serviço ascende a 720,00 euros acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, pelo que, será necessário assumir encargos deste montante no ano de 2014.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010304 e ação do PPI 2011/1/16.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de serviços para a *“Elaboração dos projetos das especialidades da instalação de uma creche no edifício da IVIMA”*, até ao valor de setecentos e vinte euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2014, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**41 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA - COMPROMISSOS DE AGOSTO A DEZEMBRO 2013**

1186 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 20-12-2012, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, foi deliberado solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que na sessão ordinária de 28-12-2012 a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, aprovar a autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais, desde que:

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes da Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que foi ainda deliberado que, em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, deveria ser apresentada informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da referida autorização prévia genérica.

Assim, apresenta-se informação n.º CS/23/2013 de 16-12-2013 referente aos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande, de Agosto a Dezembro 2013, que foram objecto de autorização prévia genérica na sessão da Assembleia Municipal de 28-12-2012.

**Atenta a informação prestada a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, remeter à Assembleia Municipal a informação sobre os compromissos plurianuais assumidos para o ano de 2014 e seguintes ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pelo órgão deliberativo na sua sessão de 28-12-2012, para efeitos de aplicação e cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21-06.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**42 - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO 1.º SEMESTRE DE 2013 DA  
EMPRESA MUNICIPAL TUMG- TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM,  
UNIPESSOAL, SA**

1187 - Considerando que nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, a empresa municipal deve facultar ao órgão executivo os relatórios trimestrais de execução orçamental, tendo em vista o acompanhamento e controlo da atividade desenvolvida pela empresa municipal.

Presentes Contas Semestrais relativas ao 1.º semestre de 2013 e Parecer do Fiscal Único da empresa municipal TUMG-Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M., Unipessoal, S.A., recebidas na autarquia a 06-11-2013, com o registo de entrada E/8812/2013.

**A Câmara Municipal, tomando conhecimento do teor dos mesmos, delibera que estes sejam remetidos ao Órgão Deliberativo para cumprimento do preceituado na alínea a) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal S.A.**

**As contas da TUMG relativas ao 1.º semestre de 2013 mereceram alguns comentários dos Srs. Vereadores, conforme intervenções que se seguem.**

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que esta prestação de contas reflete aquilo que já foi falado há duas reuniões atrás, o que é grave. De seguida colocou algumas questões:

- Há uma tendência para a redução de passageiros, com o aumento de linhas: o que está a ser feito para inverter esta tendência?
- O que está a ser feito no âmbito da transparência e para quando se prevê a melhoria dessa transparência?
- Que autos foram levantados à atual empresa pelo não cumprimento do contrato?
- É verdade que a estação da CP não está coberta por nenhuma linha da TUMG? Se for verdade deverá ser feito um esforço para corrigir a situação.
- Qual o prazo para colocar no site da TUMG toda a informação que é devida, embora saiba que já foi pedido?

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que com a nova administração se espera uma melhor gestão, pois é preocupante a perda de clientes, e mais importante que tudo é o cumprimento dos prazos, para que não seja necessário vir o ROC chamar a atenção.

O **Sr. Presidente** disse que tomou nota das questões e que se vai procurar dar resposta.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que também o preocupa a perda de passageiros, deixando uma recomendação à TUMG no sentido de rever a qualidade dos serviços prestados, devendo a nova administração ser mais cuidadosa nesse aspeto. A questão colocada pelo Vereador Logrado sobre a CP é pertinente, mas se calhar é preciso ver se tem passageiros e se vale a pena estar a investir e depois não haver clientes. A nova administração deve tentar obter novas receitas, com a rentabilização dos espaços publicitários dos autocarros, tal como já foi feito.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que tem dificuldade em perceber que num sistema de transportes que se quer o mais multimodal possível, a TUMG não passe na estação de caminhos-de-ferro. É indiscutível que os transportes urbanos são necessários, mas a forma como são geridos é “artificial”, não dando prejuízo porque a Câmara põe lá dinheiro. É impensável a perda de passageiros numa empresa que está em início de ciclo, pelo que isto revela má gestão.

Chamou ainda a atenção para o facto de não se encontrar inscrita no orçamento nenhuma rubrica relativa à receita do estacionamento que está cedido à TUMG, o que significa que são formas “encapotadas” de financiamento da Câmara à empresa.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que tem de estudar a questão do estacionamento, referindo que fez uma proposta no sentido de aumentar as receitas com a publicidade, pelo que também gostaria de ouvir o contributo do Vereador Logrado para esta questão, se é que já pensou nisso.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** respondeu que no + Concelho não votam contra sem que tenham alternativas, e nunca se abstêm. Lembrou que já aqui apresentou propostas, designadamente no caso dos 7 funcionários da TUMG, em que 3 ou 4 já pertencem aos quadros da empresa, quando eles deveriam ser todos requisitados à Câmara. Referiu que isto são propostas concretas, alertando para que não haja custos desnecessários nem administradores remunerados.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que pensava que o Vereador Logrado tinha soluções no quadro da TUMG, quando preconiza a sua extinção.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que o importante é o serviço de transporte urbano, que terá menores custos se for prestado pela Câmara. Depois há outras medidas, como o ajustamento de horários, a sua adequação à realidade, tudo medidas de gestão a levar a cabo pela administração.

#### **43 - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO 1.º SEMESTRE DE 2013 DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

1188 - Considerando que nos termos da alínea d) do n.º 3 do art.º 48 da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, compete ao auditor externo remeter semestralmente ao Órgão Deliberativo do Município informação sobre a situação económica e financeira deste.

Presente Relatório e Contas do 1.º Semestre de 2013 do Município da Marinha Grande, acompanhado de Relatório de Auditoria ao exercício findo a 30 de junho de 2013, os quais estão presentes nesta reunião camarária e serão arquivados nos serviços da DFTI-Área de Contabilidade, estando disponíveis para consulta, quando para tal forem solicitados.

**A Câmara Municipal, após análise dos documentos indicados, e no cumprimento da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar os Documentos de Prestação de Contas do primeiro semestre do ano de 2013 do Município da Marinha Grande e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25º, do mesmo diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que declarou o seguinte:**

*“DECLARAÇÃO POLÍTICA.*

*A elaboração do relatório de contas é um instrumento de prestação de contas muito importante, não devendo ser deixada, na minha perspectiva, para esta fase do ano, a sua elaboração e apresentação. Trazer para aprovação um documento de 245 páginas, com a profundidade deste, que merece uma análise cuidada e responsável, para uma ordem de trabalhos com 53 pontos, um dos quais o orçamento e as GOP, com dois dias úteis para a apreciação (incluindo a véspera de Natal), só pode dar azo a uma de duas interpretações possíveis: ou, o actual executivo enferma de incompetência, desorganização e falta de planeamento, ou, propositadamente, teme a perspectiva crítica dos restantes eleitos, recorrendo a uma metodologia pouco cordial, isto é, não permitindo aos restantes membros o tempo útil necessário à apreciação dos documentos.*

*Qualquer uma das interpretações possíveis é um claro desrespeito institucional pelos restantes elementos do executivo, pelo papel que democraticamente desempenham, e não favorece a crítica construtiva ao trabalho desempenhado no Município.*

*Declaração de voto:*

*Abstive-me por considerar que foram actos praticados em período à anteriori à minha tomada de posse, portanto não estava no executivo.”*

**44 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2013, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013**



1189 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada em 28/01/2013, na continuação da sua reunião de 24/01/2013, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- tratar-se de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de novembro de 2013 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 28/01/2013, na continuação da sua reunião de 24/01/2013.

**A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados no mês de novembro de 2013 atenta deliberação camarária de 28/01/2013, na continuação da sua reunião de 24/01/2013, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado seja o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.**

O Sr. Vereador Carlos Logrado sugeriu que seja sempre dada prioridade às empresas do concelho.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

No âmbito da discussão do ponto seguinte, respeitante aos documentos previsionais para o ano de 2014, e antes da respetiva votação, os Srs. Vereadores colocaram diversas questões, tanto técnicas como políticas, que foram respondidas, respetivamente, pela Dr.ª Sandra Paiva, Chefe da Divisão Financeira, e pelo Sr. Presidente e Vereadores com pelouros.

**O Sr. Presidente interrompeu a reunião às 20:00 horas, para jantar.  
Foi retomada às 21:30 horas, com a análise detalhada dos documentos previsionais.**

Depois de prestados todos os esclarecimentos, o Sr. Presidente pôs à votação os documentos previsionais para o ano de 2014.

#### **45 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2014: OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO**

1190 - Nos termos do ponto 2.3 do Plano Oficial das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, apresenta-se a proposta de Documentos Previsionais do Município da Marinha Grande para o ano de 2013, constituída pelas Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento.

De acordo com o art.º 4.º, n.º 2 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual (LVCR), o mapa de pessoal deve acompanhar a proposta de orçamento.

#### **OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2014-2017**

Presente proposta das Opções do Plano, constituída pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais.

Presente proposta do Plano Plurianual de Investimentos do Município da Marinha Grande, para o período de 2014 a 2017, num total de 37.706.826,08 (*trinta e sete milhões, setecentos e seis mil, oitocentos e vinte e seis euros e oito centimos*) e com um total de financiamento definido para o ano de 2014 de 6.810.738,38€ (*seis milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e trinta e oito euros e trinta e oito centimos*);

Presente proposta do Plano de Atividades Municipais do Município da Marinha Grande, para o período de 2014 a 2017, num total de 30.068.430,46 € (*trinta milhões, sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta euros e quarenta e seis centimos*) com um total de financiamento definido para o ano de 2014 de 10.785.483,45€ (*dez milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três euros e quarenta e cinco centimos*) procedendo-se à análise e discussão dos mesmos.

**Colocado o documento à votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente ata, foi deliberado, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1, do art. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetê-lo à aprovação da Assembleia**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

**Municipal, para cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º do mesmo diploma.**

#### **MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014**

Presente proposta de mapa de pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande, elaborada nos termos do artigo 5.º da LVCR.

Colocado o documento à votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente ata, foi deliberado, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea ccc) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal e do disposto no artigo 5.º, n.º 3 da LVCR, conjugado com o artigo 3.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual.

#### **ORÇAMENTO PARA 2014**

Presente proposta do Orçamento do Município da Marinha Grande para o ano de 2014, num total de 25.241.890,95 € (*vinte e cinco milhões, duzentos e quarenta e um mil, oitocentos e noventa euros e noventa e cinco cêntimos*) procedendo-se à sua análise e discussão.

Colocado o documento à votação foi deliberado, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1, do art. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º do mesmo diploma.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 votos contra dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Carlos Logrado.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a declaração de voto que se anexa (Anexo 12) e que faz parte integrante da presente deliberação.

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a declaração de voto que se anexa (Anexo 13) e que faz parte integrante da presente deliberação.

#### **46 - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.**

1191 - Considerando que:

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

- a) A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal (artigo 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- b) Os compromissos plurianuais são compromissos que constituem a obrigação de efetuar pagamentos em mais de um ano económico (artigo 3.º, alínea b), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro);
- c) A autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pode ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
- d) O artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, admite a assunção de encargos em mais de um ano económico;

Atendendo a que:

- a) A autorização para a assunção de compromissos plurianuais relativa à reprogramação da execução de contratos administrativos já celebrados, não se traduz em novos encargos, mas na dilação de encargos já assumidos e em relação aos quais existe um vínculo jurídico cujo rompimento é suscetível de gerar o pagamento de indemnizações;
- b) Nos casos de reprogramação física e financeira de contratos administrativos em execução, é relevante a conformação do plano de trabalhos com a realidade física e que só após esta alteração se deve ter como genericamente autorizado o compromisso plurianual;
- c) Os encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos precedidos de procedimento de concurso público resultaram do recurso à concorrência e, por isso, traduzem em regra as melhores opções económicas que o mercado disponibiliza;
- d) Os encargos decorrentes da adjudicação e ou da execução de contratos administrativos de aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços, cujo valor se situe abaixo do limite que sujeita os contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, correspondem à realização de despesas correntes e/ou diretamente destinadas à prossecução das atribuições municipais;
- e) Em qualquer dos casos, a autorização genérica agora concedida depende de estar previamente assegurada a inclusão das verbas devidas nas Grandes Opções do Plano, nos anos em referência;

**Assim, a Câmara Municipal, com os fundamentos expostos, delibera, de acordo com o artigo 32.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, propor à Assembleia Municipal:**

- A) A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:**

- 1) À reprogramação da execução física e financeira de contratos administrativos já celebrados, desde que a alteração do plano de trabalhos tenha sido aprovado pela Câmara Municipal, independentemente do valor;
- 2) Aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitada de obras públicas, que tenham sido precedidos de procedimento de concurso público, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2014;
- 3) Aos encargos decorrentes da adjudicação e/ou da execução de contratos administrativos de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2014;

B) Em qualquer dos casos previstos na alínea A), determinar que deve estar previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.

C) Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.

D) Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal em todas as sessões ordinárias deste órgão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **47 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

1192 - A Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro e a SPM - Associação para o Desenvolvimento do Turismo de S. Pedro de Moel, solicitaram à Câmara Municipal a isenção do pagamento de taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

**Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro:**

- Licença especial de ruído, para comemoração da passagem de ano, no dia 31 de dezembro de 2013 das 21:00h às 02:00h;
- Licença para colocação de publicidade alusiva ao evento;

**SPM – Associação para o Desenvolvimento do Turismo de S. Pedro de Moel:**

- Licença especial de ruído, para realização de concerto com música ao vivo na Praça Afonso Lopes Vieira no dia 28 de dezembro de 2013 das 18:00h às

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

02:00h e para comemoração da passagem de ano no mesmo local no dia 31 de dezembro de 2013 das 18:00h às 02:00h;

-Licença para eventos organizados em locais públicos, para realização de concerto com música ao vivo e comemoração da passagem de ano 2013/2014 no dia 28 de dezembro de 2013 das 18:00h às 02:00h e no dia 31 de dezembro de 2013 das 18:00h às 02:00h respetivamente;

-Licença para lançar fogo-de-artifício na passagem de ano;

Presentes informações nºs 122/sn e 123//sn de 19 de dezembro de 2013, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal **delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Sociedade Instrutiva e Recreativa 1ª de Dezembro e a SPM – Associação para o Desenvolvimento do Turismo de S. Pedro de Moel, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído, da licença de publicidade, licença para lançamento de fogo-de-artifício e da licença para eventos organizados em locais públicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**48 - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS – INSTALAÇÕES DA EX-DÂMASO – RUA DOS VIDREIROS, N.º 28 E RUA PIRES DE CAMPOS – VIEIRA DE LEIRIA - SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – AUTO DE VISTORIA – INCUMPRIMENTO DA ORDEM DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS E MÁS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – NOVO AUTO DE VISTORIA – NOVOS PROPRIETÁRIOS – NOVO PRAZO DE EXECUÇÃO.**

1193 - Por deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 15-11-2012, foi determinada a realização de vistoria urgente às condições de segurança e estabilidade das edificações da ex-Dâmaso, sitas na Rua dos Vidreiros, n.º 28 e também confinantes com a Rua Pires de Campos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, cuja gestão, manutenção e conservação, à data, se encontrava a cargo do Administrador da Insolvência, Dr. José António de Carvalho Cecílio, tendo em vista determinar os riscos para a segurança de pessoas e bens, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, fixando, se for caso disso, a respetiva ordem de prioridades.

Por deliberação desta Câmara Municipal de 28-01-2013 e na sequência da realização da vistoria em 05-12-2012, foi determinada, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do art.º 89.º, do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a realização no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da respetiva notificação, dos trabalhos abaixo identificados, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis previstas no RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e demais legislação aplicável, tendo-se notificado para o efeito o Administrador da Insolvência, Dr. José António de Carvalho Cecílio, com domicílio profissional na Rua Barreto Perdigão, n.º 1 – 1.º esquerdo, 2410-087 Leiria, pelo ofício n.º S/443/2013, de 31-01-2013, reiterado depois pelo ofício n.º S/1013/2013, de 19-03-2013:

1. Remoção das telhas partidas existentes sobre o telhado de modo a evitar a queda para a via pública.
2. Remoção de todas as telhas e respetivo acondicionamento, que deve ser executada apenas por empresas devidamente licenciadas e autorizadas a desenvolver estas atividades, com encaminhamento para destino final adequado, devidamente licenciado e autorizado a receber este tipo de resíduos, respeitando todas as regras de segurança, designadamente as previstas no Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de junho e Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de junho.
3. Abertura de saídas para encaminhamento de águas residuais pluviais para o exterior do edifício.

Em 30-10-2013, a Comissão de Vistoria deslocou-se novamente ao prédio tendo em vista a verificação do cumprimento daquela deliberação de 28-01-2013, tendo elaborado o respectivo auto de vistoria datado de 04-11-2013, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que fica anexo à ata (**Anexo 14**), no qual concluíram “...*que não foram implementadas as medidas determinadas pela deliberação camarária datada de 28-01-2013 e descritas no anterior auto de vistoria...*”.

É do domínio público e facto notório que a propriedade dos prédios onde se situam as instalações industriais em causa é, atualmente, do Clube Motard Motabout, de Vieira de Leiria e da sociedade Tubofuro-Tubos em PVC, S.A., com sede na Estrada Nacional 109, Km 160.3, Ortigosa, 2425-737 Leiria.

**A Câmara apreciou todo o processo e tendo em consideração a recente transferência da propriedade dos prédios onde se localizam as instalações industriais da ex-Dâmaso, delibera conceder às atuais proprietárias, Clube Motard Motabout, de Vieira de Leiria e sociedade Tubofuro-Tubos em PVC, S.A., com sede na Estrada Nacional 109, Km 160.3, Ortigosa, 2425-737 Leiria, o prazo de 15 dias úteis a contar da respetiva notificação, para procederem, cada uma das entidades e na respetiva área de que é proprietária, à realização dos seguintes trabalhos, tendo em vista eliminar todos os riscos para a segurança de pessoas e bens que decorrem da manutenção do estado dos edifícios e espaços circundantes, nas atuais condições:**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

1. Remoção das telhas partidas existentes sobre o telhado de modo a evitar a queda para a via pública.
2. Remoção de todas as telhas e respetivo acondicionamento, que deve ser executada apenas por empresas devidamente licenciadas e autorizadas a desenvolver estas atividades, com encaminhamento para destino final adequado, devidamente licenciado e autorizado a receber este tipo de resíduos, respeitando todas as regras de segurança, designadamente as previstas no Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de junho e Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de junho.
3. Abertura de saídas para encaminhamento de águas residuais pluviais para o exterior do edifício.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira alertou para a possível existência de produtos tóxicos derivados da existência naquele local de uma antiga fábrica de vidros, pelo que vai ser verificado pela Proteção Civil.

**49 - RECLAMAÇÕES DE MORADORES DE PERIGO DE SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS - LOTEAMENTO SITO NO LOCAL DA ANTIGA CRISAL ("FÁBRICA DE VIDROS MARQUÊS DE POMBAL" - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS CONCEIÇÃO GOMES & FERREIRA, LDA. – ABANDONO DAS OBRAS E INSOLVÊNCIA DA EMPRESA – FIXAÇÃO DE TRABALHOS DE CORREÇÃO DE ANOMALIAS E MÁIS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE – NOVA VISTORIA - CUMPRIMENTO PARCIAL.**

1194 - A Câmara Municipal em sua reunião de 18 de Outubro de 2012 deliberou, em face do auto de vistoria datado de 17-10-2012, determinar à sociedade promotora do loteamento titulado pelos alvarás nºs. 2/2000, de 23-03-2000 e 2/2002, de 25-06-2002 (alterações), **Empreendimentos Imobiliários Conceição Gomes & Ferreira, Lda.**, a realização, **no prazo de 30 dias**, dos trabalhos e correções constantes dos pontos 1 a 8 daquela deliberação, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que foi depois alterada parcialmente em reunião de 31-10-2012, de modo a repor as condições de segurança e salubridade dos espaços afetos à urbanização em causa, sita nas Avenidas Aníbal Guedes Coelho e 1.º de Maio e Rua António Magalhães Júnior, no centro desta cidade de Marinha Grande, tendo fixado para o efeito 15 dias para execução de alguns dos trabalhos e mais 30 dias para a execução dos restantes.

O Administrador da insolvência da sociedade, Dr. Ademar Margarido de Sampaio Rodrigues Leite, foi notificado daquelas referidas deliberações, pelo ofício S/4800/2012, de 08-11-2012.

Presente Auto de Vistoria datado de 30-10-2013, elaborado pela Comissão de Vistorias que naquele mesmo dia 30 de outubro, voltou ao local do loteamento tendo em vista verificar do cumprimento integral daquela deliberação, tendo constatado que a mesma foi parcialmente cumprida e que conclui do seguinte modo: *"...persistem ainda situações por*



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

*sanar as quais se traduzem em más condições de segurança e insalubridade, factos estes susceptíveis de violação do disposto no art.º 89.º (Dever de Conservação) do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação... ”.*

*“Perante tais constatações, considera a comissão de vistoria ser urgente e inadiável, a tomada de medidas que complementem as já tomadas, visando a protecção de pessoas e bens, de acordo com o presente Auto de Vistoria, propondo para o efeito o prazo de 30 dias para correcção das referidas anomalias. ”.*

A Câmara Municipal apreciou este segundo Auto de Vistoria datado de 30-10-2013 e em face da gravidade das situações ainda persistentes delibera, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, fixar um novo prazo de 30 dias úteis para a execução de todos os trabalhos e correções em falta e identificados no Auto de Vistoria, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que fica a fazer parte integrante desta deliberação (anexo 15 da ata), a levar a efeito na área afeta ao loteamento localizado no prédio denominado Fábrica Marquês de Pombal ou Fábrica de Vidros Marquês de Pombal, sito nas Avenidas Aníbal Guedes Coelho e 1.ª de Maio e Rua António Magalhães Júnior, na Freguesia e Concelho de Marinha Grande, ao qual foi atribuído o Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 02/2000, de 23/03/2000 e Alvará de Alterações n.º 02/2002, de 25/06/2002, ambos em nome de Empreendimentos Imobiliários Conceição Gomes & Ferreira, Lda., com sede na Rua Dr. Brilhante, C.C.S. Bernardo, Loja 10-1, 2400-997 Alcobaca, notificando para tal, o Sr. Administrador da Insolvência, Dr. Ademar Margarido de Sampaio Rodrigues Leite.

Mais delibera notificar o Sr. Administrador da Insolvência, que o incumprimento da presente deliberação constitui contraordenação prevista e punível pelo art.º 98.º, n.º 1, alíneas s) e t) e n.º 4, do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, graduada de 500,00€ a 100.000,00€, para pessoas singulares e de 1.500,00€ a 250.000,00€, para pessoas coletivas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**50 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – EMBATE DE VIATURA EM TAMPA DE CAIXA DE SANEAMENTO – RUA DO CARTAXO - REQUERENTE: NELSON BENTO LIBERATO SANTOS – RESPONSABILIDADE CIVIL – PROJETO DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA – APRECIACÃO DE ALEGAÇÕES – INDEFERIMENTO FINAL**

1195 - Presente requerimento com registo de entrada E/8263/2013, de Nelson Bento Liberato Santos, titular do NIF 209487666, residente na Travessa dos Cardos, n.º 124, Cartaxo, 2430-067 Marinha Grande, no qual solicitou à Câmara Municipal “...o ressarcimento do dia de vencimento e subsídio de alimentação perdidos, uma vez que a Companhia de Seguros Açoreana declinou a responsabilidade nesta matéria... ”.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

Afirmou ainda o requerente que *“Tendo em consideração que não posso ficar lesado por uma situação à qual sou completamente alheio, venho por este meio solicitar o pagamento imediato dos 120,36€.*

Presente projecto de indeferimento aprovado por deliberação desta Câmara Municipal de 14-11-2013.

Presente ofício S/4060/2013, de 21-11-2013, enviado ao requerente, para no prazo de 10 dias dizer o que se lhe oferecesse sobre o sentido provável da decisão de indeferimento.

Presentes alegações do requerente apresentadas em 04-12-2013, tempestivamente, pelo documento com registo de entrada E/9526/2013.

Presente Informação jurídica n.º I/2432/2013-FO, de 10-10-2013, que aqui se dá para todos os efeitos como integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (**Anexo 16**), na qual se apreciam as alegações apresentadas e as provas produzidas e se conclui que pela manutenção da não verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência de um dano, porquanto as alegadas perdas do dia de vencimento, do respectivo subsídio de refeição e dos demais direitos com ele conexos, não foram causa direta e necessária do facto ilícito nem se traduziram numa redução do património do lesado existente antes do evento que deva ser indemnizado. Antes foram causa direta da escolha do lesado quanto à forma de justificação dessa falta ao serviço no dia do acidente.

**A Câmara Municipal apreciou todos os documentos e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/2432/2013 - FO, que fica anexa à presente ata e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado pelo requerente, Nelson Bento Liberato Santos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**51 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DA RENDA APOIADA DE ALZIRA INHO REI, PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE FEVEREIRO DO PRÓXIMO ANO.**

1196 - Presente informação n.º 2427 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 9 de dezembro do corrente ano, a dar conta da necessidade de se proceder à atualização anual da renda da habitação, cuja titular do contrato se encontra mencionada em epígrafe, com vista à sua entrada em vigor a partir de 1 de fevereiro do próximo ano.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação do valor do preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando os rendimentos da arrendatária em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

**A Câmara analisou a referida informação e, no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio delibera proceder à atualização anual da renda do seguinte fogo:**

**Rua Adriano Marques Nobre**

| MORADOR         | FOGO | DATA CONTRATO | RENTA/13 | RENTA/14 |
|-----------------|------|---------------|----------|----------|
| Alzira Inho Rei | 64   | 27/01/2010    | 42,84€   | 42,84€   |

**Mais delibera que a renda a aplicar, calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, mantenha o mesmo valor, a partir de 1 de fevereiro do próximo ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**52 - ATUALIZAÇÃO DE RENDAS REFERENTES AO BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, PRACETA DA LIBERDADE E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA.**

1197 - Presente informação nº 2304 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - DCD - datada de 20/11/2013, referente à atualização anual das rendas de habitação social, do Bairro do Camarnal Velho, Praceta da Liberdade e Rua Júlio Braga Barros.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, as rendas atualizam-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

A Câmara analisou a referida informação e nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social constantes nos seguintes quadros:

**Camarnal Velho**

| MORADOR                  | FOGO | CONTRATO   | RENTA 2013 | RENTA 2014 |
|--------------------------|------|------------|------------|------------|
| Alda Silva Vasconcelos   | Nº10 | 03/01/2007 | 85,45€     | 86,85€     |
| Olímpia Oliveira Vicente | Nº11 | 01/07/2001 | 100,38€    | 93,24€     |

**Praceta da Liberdade**

| BLOCO | MORADOR                    | FRACÇÃO | CONTRATO   | RENTA 2013 | RENTA 2014 |
|-------|----------------------------|---------|------------|------------|------------|
| 3     | Maria Arlete Costa da Cruz | 1º Dto. | 23/11/1993 | 36,15€     | 36,15€     |
| 4     | Hélder Filipe P. Marques   | 3º Dto. | 21/12/1995 | 4,85€      | 4,85€      |

**Rua Júlio Braga Barros**

| BLOCO | MORADOR                                  | FRACÇÃO | CONTRATO   | RENTA 2013 | RENTA 2014 |
|-------|--|---------|------------|------------|------------|
| 5     | Maria de Fátima Gomes de Almeida Batista | 2ºA     | 22/12/2009 | 29,51€     | 29,51€     |

Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor durante o mês de janeiro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**53 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e três de dezembro de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades"**: **3.727.235,74 €** (três milhões, setecentos e vinte e sete mil, duzentos e trinta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1198 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar o seguinte assunto:**

**54. ADENDA A CONTRATO-PROGRAMA. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**54 - ADENDA A CONTRATO-PROGRAMA. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA.**

1199 - Em cumprimento de deliberação de Câmara, de 17 de Setembro passado, foi celebrado um contrato-programa, entre esta autarquia e a Associação Cultural e Recreativa da Comeira.

O contrato, celebrado em 29 de novembro passado, tem como objecto o apoio à execução da segunda fase da obra de construção de novas instalações por parte da Associação da Comeira.

A segunda fase corresponde, de acordo com a candidatura apresentada, à abertura de fundações e à construção de toda a estrutura do edifício, com aplicação do telhado.

A primeira fase envolvia a demolição do edifício antigo e o transporte dos resíduos para local próprio, sendo condição prévia e indispensável à execução dos trabalhos correspondentes à fase seguinte.

A Câmara Municipal comprometeu-se, em tempo, a efectuar a demolição das antigas instalações, de forma a criar as condições necessárias a que a Associação assegurasse a realização das obras correspondentes à segunda fase.

No entanto, não foi possível garantir o cumprimento dessa condição prévia por parte desta Câmara Municipal, o que determinou a impossibilidade de a Associação cumprir as obrigações assumidas no âmbito do contrato-programa, por facto que não lhe é imputável.

O arrastamento do processo de análise das candidaturas, a data tardia de outorga do contrato, as limitações decorrentes do período de gestão limitada e a congregação dos meios adequados a efectuar a demolição em causa não permitiram a execução física e financeira do contrato-programa. Este conjunto de circunstâncias — não imputáveis à Associação da Comeira — não pode ter como consequência directa a cessação do contrato e a perda do benefício atribuído.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

Nesta medida, revela-se ajustado diferir a data de termo do contrato até ao dia 31 de dezembro de 2014, fixando-se como data limite para a conclusão da segunda fase o dia 30 de novembro e o primeiro trimestre do mesmo ano como o período temporal de realização da demolição das antigas instalações pela Câmara Municipal.

**Assim, a Câmara Municipal delibera aprovar a adenda ao contrato-programa, celebrado com a Associação Cultural e Recreativa da Comeira, que produz efeitos reportados ao dia 2 de janeiro de 2014, sob condição da prévia aprovação dos instrumentos de gestão previsional municipais para esse mesmo ano.**

**A Câmara Municipal delibera ainda assegurar a demolição das antigas instalações da Associação da Comeira até ao termo do primeiro trimestre de 2014.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Tal como havia sido deliberado no início da reunião, as intervenções no âmbito do período de antes da ordem do dia foram efetuadas no fim da reunião.

**O Sr. Vereador Carlos Logrado abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Solicitou a resposta aos requerimentos apresentados na reunião de 28/11/2013;
- ⇒ Perguntou qual o compromisso que existe para arranjo da Rua da Soprem.

**O Sr. Vereador António Santos** referiu que achou bonito a colocação de luzes de natal à frente da Câmara, mas nos últimos dias tem passado e elas estão sempre apagadas.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Perguntou como está a elaboração do Regimento e qual a data para disponibilização do espaço físico para os Vereadores;
- ⇒ Chamou a atenção para a falta de sinalética indicadora da Casa da Cultura, do edifício da Resinagem e do Museu do Vidro, especialmente para quem visita a Marinha Grande;
- ⇒ Agradeceu ao Vereador Vítor Pereira a informação que enviou sobre o número de visitas ao Museu do Vidro.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/12/2013.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 27

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

1200 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 00:10 horas do dia 27/12/2013.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião